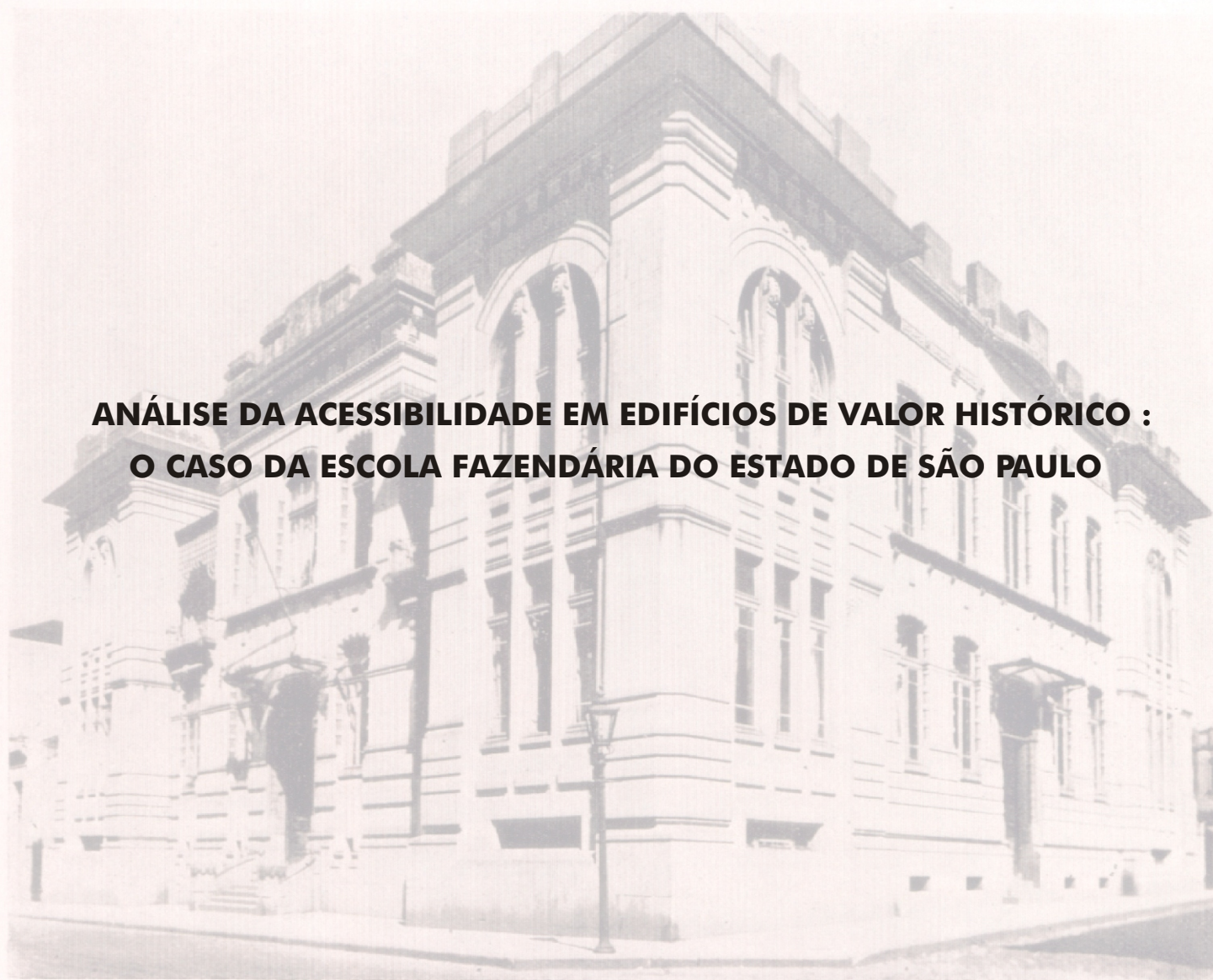




**Programa de Educação Continuada em Engenharia da Escola Politécnica da
Universidade de São Paulo - MBA/USP - Gerenciamento de Facilidades**



**ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM EDIFÍCIOS DE VALOR HISTÓRICO :
O CASO DA ESCOLA FAZENDÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

SÃO PAULO
2008

Programa de Educação Continuada em Engenharia da Escola Politécnica da
Universidade de São Paulo - MBA/USP - Gerenciamento de Facilidades

SILVANA MARIA AURICCHIO

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM EDIFÍCIOS DE VALOR HISTÓRICO :
O CASO DA ESCOLA FAZENDÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SÃO PAULO
2008

Monografia impressa em papel reciclado
para minorar a agressão ao meio ambiente,
e frente e verso para restringir o consumo.

SILVANA MARIA AURICCHIO

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM EDIFÍCIOS DE VALOR HISTÓRICO:
O CASO DA ESCOLA FAZENDÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Monografia apresentada à Escola Politécnica
da Universidade de São Paulo para
obtenção de Título de Especialista em
Gerenciamento de Facilidades – MBA/USP

Orientadora:
Prof^a. Arq^a. Dr^a. Claudia Miranda de
Andrade

Co-Orientadora:
Prof^a. Arq^a. Silvana Serafino Cambiaghi

SÃO PAULO
2008

AURICCHIO, Silvana Maria

Análise da acessibilidade em edifícios de valor histórico:
O caso da Escola Fazendária do Estado de São Paulo / S.M.
Auricchio - São Paulo, 2008

123 p.

Monografia (MBA em Gerenciamento de Facilidades) – Escola
Politécnica da Universidade de São Paulo. Programa de Educação
Continuada em Engenharia.

1.Edifícios Públicos – São Paulo 2. Acessibilidade ao meio físico
I.Universidade de São Paulo. Escola Politécnica.
Programa de Educação Continuada em Engenharia II.t.

Dedico este trabalho aos meus pais Angelo e Olivia, em retribuição pelo apoio, incentivo, à compreensão face aos momentos de ausência, e pelo amor que sempre me dedicaram.

AGRADECIMENTOS

À Profª. Arqª. Drª. Claudia Miranda de Andrade,
pela participação, dedicação e interesse.

À Profª. Arqª. Silvana Serafino Cambiaghi,
pela participação, dedicação e interesse.

Ao Prof. Moacyr Eduardo Alves da Graça e a todos
os professores do Curso de Gerenciamento de Facilidades,
por todos os ensinamentos.

Aos senhores membros da Banca Examinadora,
pela presença e participação.

Aos funcionários da Escola Politécnica,
pela atenção e presteza.

Aos colegas do curso,
pela amizade e companheirismo.

À minha família,
sempre presente em todos os momentos de minha vida,
pelo incentivo e apoio.

À Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, por
ter-me proporcionado a realização do Curso
MBA - Gerenciamento de Facilidades, especialmente
pela pessoa dos senhores Humberto Baptistella Filho e
Paulo Domingos Knippel Galleta.

Aos senhores Diretores e a todos os funcionários da
Escola Fazendária do Estado de São Paulo,
especialmente à sra. Laurinda e ao meu amigo Luis Carlos.

Ao Gilmar, pelo apoio.

A todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente
para que este trabalho se realizasse,
os meus sinceros agradecimentos.

“Equiparação de oportunidades é o processo mediante o qual o sistema geral da sociedade - tal como o meio físico e cultural, a vivência e o transporte, os serviços sociais e sanitários, as oportunidades de trabalho, a vida cultural, incluídas as instalações desportivas e de lazer - se faz acessível a todos”

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU
Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência - 1982

RESUMO

Esta Monografia tem por objetivo oferecer aos Gerentes de Facilidades ou Gestores de Edifícios uma Metodologia para análise de desempenho de edifícios de Valor Histórico em relação à Acessibilidade. Nesta pesquisa são apresentados conceitos e informações importantes sobre o assunto, e tecidas considerações sobre Edifícios de Valor Histórico, suas características e particularidades, que fazem com que sejam tratados de forma diferenciada em relação a outras tipologias de construção. A Metodologia utilizada, elaborada segundo métodos e técnicas aplicados à Avaliação Pós - Ocupação - APO, é demonstrada através de um estudo de caso realizado no edifício da antiga Escola do Carmo, uma construção de 1.914, e que passou por processo de requalificação e adequação às normas de Acessibilidade em 2002 para vir a abrigar a Escola Fazendária do Estado de São Paulo. A partir de uma análise minuciosa, baseada em avaliações técnicas e em avaliações com os usuários, serão apresentados os diagnósticos e recomendações para a implementação de elementos que possibilitarão uma melhor adaptação do edifício às necessidades de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e promoverão melhores condições de uso por todos os indivíduos, independente de sua condição física. Ao final são apresentadas as conclusões sobre a eficácia do método.

ABSTRACT

This Monography aims at offering Facilities Managers or Building Managers a Methodology for the performance analysis of Historical Value Buildings, regarding Accessibility. This research presents concepts and important information on the subject, as well as considerations about Historical Value Buildings, their characteristics and particularities, which account for the different treatment they get when compared to other types of construction. The Methodology employed, elaborated according to methods and techniques applied to Post Occupation Evaluation, is demonstrated through a Case Study carried out on the building of the former Carmo School, a construction dating from 1914 which has gone through a process of requalification and adequacy to the Accessibility Norms in 2002, in order to house the São Paulo State Department of Revenue School. Starting with an exhaustive analysis, based on technical as well as users evaluations, we present diagnoses and recommendations as for the implementation of elements that allow better adaptation of the building to the needs of handicapped people or those with reduced mobility, as well as better conditions of use by any person, regardless their physical condition. The conclusions on the method efficacy are presented at the end.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma da metodologia para Análise da Acessibilidade em Edifícios de Valor Histórico.....	17
Figura 2: Mapa de Localização.....	32
Figura 3: Grupo Escolar do Carmo / 1926.....	34
Figura 4: Planta 1º Pavimento, Cortes, Fachadas e Detalhes.....	36
Figura 5: Planta 1º Pavimento – Levantamento Fotográfico.....	37
Figura 6: Planta 2º Pavimento – Levantamento Fotográfico e Detalhes.....	38
Figura 7: Planta Subsolo – Levantamento Fotográfico e Detalhes.....	39
Figura 8: Rua do Carmo.....	41
Figura 9: Rua do Carmo defronte ao Edifício.....	41
Figura 10: Rua das Flores.....	41
Figura 11: Rua das Flores.....	41
Figura 12: Avenida Rangel Pestana.....	42
Figura 13: Calçada rumo ao Edifício FAZESP.....	42
Figura 14: Rua Silveira Martins.....	42
Figura 15: Aceso Principal – Rua do Carmo / 2002.....	44
Figura 16: Vista interna do acesso pela Rua do Carmo.....	44
Figura 17: Acesso localizado à Rua das Flores.....	45
Figura 18: Acesso de pessoas com deficiência.....	45
Figura 19: Vista interna do acesso de pessoas com deficiência.....	45
Figura 20: Elevador de percurso inclinado.....	45
Figura 21: Vista da entrada aos fundos do Edifício – capacho.....	49
Figura 22: Elevador acessível - de percurso vertical.....	50
Figura 23: Localização do elevador acessível - de percurso vertical.....	50
Figura 24: Localização do elevador de percurso inclinado.....	52
Figura 25: Elevador de percurso inclinado.....	52
Figura 26: Vista interna do acesso principal.....	55
Figura 27: Escadaria que interliga o hall da Rua das Flores ao 1º e 2º pavimentos.....	55
Figura 28: Início da escadaria junto ao hall da Rua das Flores.....	56
Figura 29: Pictograma do Símbolo Internacional de Acesso – SAI.....	58

Figura 30: Toten.....	59
Figura 31: Placas Informativas.....	59
Figura 32: Sanitário de pessoas com deficiência – barra de apoio incorreta.....	62
Figura 33: Lavatório com coluna, e altura incorreta da saboneteira.....	62
Figura 34: Bacia sanitária com altura incorreta.....	63
Figura 35: Pictograma para porta de sanitário unissex acessível.....	64
Figura 36: Vista de uma porta interna, em madeira.....	66
Figura 37: Sala administrativa no 2º pavimento.....	67
Figura 38: Sala de aula no 1º pavimento.....	67
Figura 39: Sala de aula no 1º pavimento.....	68
Figura 40: Recepção.....	68
Figura 41: Extintor de incêndio suspenso.....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de pessoas com deficiência em São Paulo.....	11
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Questão 1- Funcionários entrevistados.....	77
Gráfico 2: Questão 2- Percentual de funcionários com deficiência ou com dificuldade de locomoção.....	77
Gráfico 3: Questão 3 - Funcionários que convivem ou já conviveram com pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção e comunicação.....	77
Gráfico 4: Questão 4 - Funcionários que perceberam problemas de acesso e utilização do edifício.....	77
Gráfico 5: Questão 5 – Avaliação da circulação pela área externa e nas proximidades para pessoas com deficiência.....	77
Gráfico 6: Questão 6 – Avaliação do deslocamento de pessoas com dificuldade de locomoção ou com deficiência entre os andares.....	78

Gráfico 7: Questão 7 – Avaliação das condições para circulação e participação nas atividades realizadas no local.....	78
Gráfico 8: Questão 8 – Nível de Satisfação das instalações sanitárias.....	78
Gráfico 9: Questão 9 – Atendimento especial ao público com deficiência ou com mobilidade reduzida.....	78
Gráfico 10: Questão 10 – Percentual de funcionários para os quais foi solicitada ajuda por indivíduos para se locomoverem ou obter informações.....	79
Gráfico 11: Questão 11 – Avaliação das placas informativas de sanitários, entradas, saídas, nome e uso das salas para quem visita o local.....	79
Gráfico 12: Questão 12a – Funcionários que percebem dificuldades para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida chegar ao local.....	79
Gráfico 13: Questão 12b - Funcionários que percebem dificuldades para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida entrarem ou saírem do edifício.....	79
Gráfico 14: Questão 12c - Funcionários que percebem dificuldades para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida circularem no edifício.....	80
Gráfico 15: Questão 12d - Funcionários que percebem dificuldades para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida utilizarem os sanitários.....	80
Gráfico 16: Questão 12e - Funcionários que percebem dificuldades para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida participarem de atividades no edifício.....	80
Gráfico 17: Questão 12f - Funcionários que percebem dificuldades para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida obterem informações ou atendimento no edifício.....	80
Gráfico 18: Questão 1 - Usuários/Visitantes entrevistados.....	81
Gráfico 19: Questão 2- Percentual de usuários com deficiência ou com dificuldade de locomoção.....	81
Gráfico 20: Questão 3 - Usuários que convivem ou já conviveram com pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção e comunicação.....	81
Gráfico 21: Questão 4 - Usuários que perceberam problemas de acesso e utilização do edifício.....	81
Gráfico 22: Questão 5 – Avaliação da circulação pela área externa e nas proximidades para pessoas com deficiência.....	81

Gráfico 23: Questão 6 – Avaliação do deslocamento de pessoas com dificuldade de locomoção ou com deficiência entre os andares.....	82
Gráfico 24: Questão 7 – Avaliação das condições para circulação e participação nas atividades realizadas no local.....	82
Gráfico 25: Questão 8 – Nível de Satisfação das instalações sanitárias.....	82
Gráfico 26: Questão 9 – Atendimento especial ao público com deficiência ou com mobilidade reduzida.....	82
Gráfico 27: Questão 10 – Percentual de usuários para os quais foi solicitada ajuda por indivíduos para se locomoverem ou obter informações.....	83
Gráfico 28: Questão 11 – Avaliação das placas informativas de sanitários, entradas, saídas, nome e uso das salas para quem visita o local.....	83
Gráfico 29: Questão 12a – Usuários que percebem dificuldades para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida chegar ao local.....	83
Gráfico 30: Questão 12b - Usuários que percebem dificuldades para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida entrarem ou saírem do edifício.....	83
Gráfico 31: Questão 12c - Usuários que percebem dificuldades para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida circularem no edifício.....	84
Gráfico 32: Questão 12d - Usuários que percebem dificuldades para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida utilizarem os sanitários.....	84
Gráfico 33: Questão 12e - Usuários que percebem dificuldades para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida participarem de atividades no edifício.....	84
Gráfico 34: Questão 12f - Usuários que percebem dificuldades para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida obterem informações ou atendimento no Edifício.....	84
Gráfico 35: Usuários que não responderam à questão 12.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APO	Avaliação Pós – Ocupação
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
CONTRU	Departamento de Controle de Uso de Imóveis da Prefeitura do Município de São Paulo
CPA	Comissão Permanente de Acessibilidade
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo
DPH	Departamento do Patrimônio Histórico
EMURB	Empresa Municipal de Urbanização
FAZESP	Escola Fazendária do Estado de São Paulo
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional
ISO	Organização Internacional para Padronização (<i>International Organization for Standardization</i>)
NBR	Norma Brasileira
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SEHAB	Secretaria Municipal da Habitação
SEPED	Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida.
SESC	Serviço Social do Comércio
SIA	Símbolo Internacional de Acesso
SMC	Secretaria Municipal de Cultura

GLOSSÁRIO

Acessibilidade - condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. Decreto 5296/2004;

Acessível: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação. NBR 9050/2004;

Adaptado: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis. NBR 9050/2004;

Ajuda técnica: os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida. Decreto 5296/2004;

Área de aproximação: Espaço sem obstáculos para que a pessoa que utiliza cadeira de rodas possa manobrar, deslocar-se, aproximar-se e utilizar o mobiliário ou o elemento com autonomia e segurança. NBR 9050/2004;

Área de transferência: Espaço necessário para que uma pessoa utilizando cadeira de rodas possa se posicionar próximo ao mobiliário para o qual necessita transferir-se. NBR 9050/2004;

Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas. Lei 10098/2000;

Barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados. Lei 10098/2000;

Calçada: Parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à

implantação de mobiliário, sinalização, vegetação e outros fins - Código de Trânsito Brasileiro. NBR 9050/2004;

Calçada rebaixada: Rampa construída ou implantada na calçada ou passeio, destinada a promover a concordância de nível entre estes e o leito carroçável. NBR 9050/2004;

Circulação externa: Espaço coberto ou descoberto, situado fora dos limites de uma edificação, destinado à circulação de pedestres. As áreas de circulação externa incluem, mas não necessariamente se limitam a, áreas públicas, como passeios, calçadas, vias de pedestres, faixas de travessia de pedestres, passarelas, caminhos, passagens, calçadas verdes e pisos drenantes entre outros, bem como espaços de circulação externa em edificações e conjuntos industriais, comerciais ou residenciais e centros comerciais. Decreto NBR 9050/2004;

Deficiência: Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente. NBR 9050/2004;

Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. Decreto 5296/2004;

Desenho Universal: concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. Decreto 5296/2004;

Faixa de travessia de pedestres: Sinalização transversal às pistas de rolamento de veículos, destinada a ordenar e indicar os deslocamentos dos pedestres para a travessia da via - Código de Trânsito Brasileiro. NBR 9050/2004;

Pessoa com mobilidade reduzida: Aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por

pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros. NBR 9050/2004;

Piso tátil: Piso caracterizado pela diferenciação de textura em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha guia, perceptível por pessoas com deficiência visual. NBR 9050/2004;

Rampa: Inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminhamento. Consideram-se rampas aquelas com declividade igual ou superior a 5%. NBR 9050/2004;

Reforma: Intervenção física em edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que implique a modificação de suas características estruturais e funcionais. NBR 9050/2004;

Restauração: Conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnicas específicas, visa a recuperar a plenitude de expressão, e a perenidade do bem cultural, repetidas as marcas de sua passagem através do tempo. IPHAN – Instrução Normativa nº. 1/2003;

Rota acessível: Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores etc. NBR 9050/2004;

Tecnologia assistiva: Conjunto de técnicas, aparelhos, instrumentos, produtos e procedimentos que visam auxiliar a mobilidade, percepção e utilização do meio ambiente e dos elementos por pessoas com deficiência. NBR 9050/2004;

Tombamento: conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica, bens culturais de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser demolidos, destruídos ou mutilados. DPH/PMSP.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CONCEITOS.....	3
2.1. Acessibilidade.....	3
2.2. Desenho Universal.....	3
2.3. O Edifício de Valor Histórico.....	5
2.3.1. Acessibilidade em Edifícios de Valor Histórico.....	8
3. PANORAMA DA ACESSIBILIDADE.....	10
4. O GERENTE DE FACILIDADES E A ACESSIBILIDADE.....	12
5. METODOLOGIA PARA ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM EDIFÍCIOS DE VALOR HISTÓRICO.....	14
5.1. Abordagem Teórica.....	18
5.1.1. Levantamento da Legislação e Normas Técnicas.....	18
5.1.2. Pesquisa Bibliográfica.....	19
5.1.3. Pesquisa Histórica.....	19
5.2. Abordagem Prática.....	20
5.2.1. Avaliação Técnico – Funcional.....	20
5.2.1.1. Reconhecimento do Local.....	24
5.2.1.2. Análise de Projetos.....	24
5.2.1.3. Levantamento Fotográfico.....	25
5.2.2. Avaliação dos Usuários.....	25
5.2.2.1. Entrevistas com Pessoas – Chave.....	26
5.2.2.2. Aplicação de Questionários aos Usuários do Edifício.....	26
5.3. Diagnóstico.....	28
5.4. Conclusões.....	28

6. ESTUDO DE CASO – O Edifício da Escola Fazendária do Estado de São Paulo.....	30
6.1. Histórico do Edifício.....	30
6.1.1. Dados de Tombamento.....	30
6.2. Avaliação Técnico – Funcional.....	31
6.2.1. Reconhecimento do Local.....	31
6.2.2. Análise de Projetos.....	32
6.2.3. Análise Dimensional.....	40
6.2.3.1. Acessos – Vias Públicas.....	40
6.2.3.2. Acesso ao Edifício.....	43
6.2.3.3. Estacionamento.....	47
6.2.3.4. Pisos.....	48
6.2.3.5. Equipamentos Eletromecânicos.....	49
6.2.3.6. Rampas e Corrimãos.....	54
6.2.3.7. Comunicação e Sinalização.....	56
6.2.3.8. Informação Tátil.....	58
6.2.3.9. Placas Informativas.....	59
6.2.3.10. Indicação de Facilidades para Pessoas com Deficiência.....	60
6.2.3.11. Sanitários.....	61
6.2.3.12. Métodos Alternativos de Acessibilidade.....	65
6.2.3.13. Outros.....	65
6.3. Avaliação dos Usuários.....	70
6.3.1. Entrevistas com Pessoas – Chave.....	70
6.3.2. Aplicação de Questionários aos Usuários do Edifício.....	71
6.4. Diagnóstico.....	76
7. CONCLUSÕES.....	87
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90

ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos, muitas vitórias vêm sendo conquistadas em defesa das pessoas com deficiência, que hoje são amparadas pela Lei em seu direito de acesso ao trabalho, cultura e lazer, além dos direitos assegurados a todos os cidadãos pela Constituição Federal do Brasil.

Entretanto, pessoas com deficiência ainda enfrentam inúmeras barreiras para se integrarem à sociedade, as consideradas barreiras de atitude e as barreiras físicas. As barreiras de atitude são a falta de informação, de conhecimento, os preconceitos e a discriminação social; e as barreiras físicas são os obstáculos que se impõem às pessoas com deficiência, e que dificultam o acesso, a permanência, e a usabilidade do ambiente construído com autonomia, conforto e segurança.

Apesar de a Constituição, a Legislação Federal, Estadual e Municipal e as Normas Técnicas Brasileiras buscarem a redução e a eliminação de barreiras, observa-se que a sociedade em geral ainda não aprendeu a lidar com esta parcela da população, e que ainda existem edifícios não adaptados às pessoas com deficiência.

Por suas características físicas e concepção arquitetônica, os edifícios de valor histórico geralmente apresentam obstáculos aos indivíduos com deficiência e aos indivíduos com mobilidade reduzida, como idosos, crianças, gestantes, anões, e pessoas com restrições de caráter permanente ou temporário.

Este estudo tem por objetivo apresentar aos Gerentes de Facilidades ou Gestores de Edifícios uma Metodologia para análise de desempenho de Edifícios de Valor Histórico em relação à Acessibilidade, contribuindo não somente para a eliminação de barreiras arquitetônicas, mas tecendo recomendações para a implementação de elementos que proporcionem melhoria das condições de uso por todos os indivíduos.

O Gerente de Facilidades, neste contexto, é aquele que dispõe dos meios necessários e apropriados à redução e à eliminação de barreiras físicas, de barreiras de atitude, possibilitando a inclusão dos indivíduos com deficiência ou com mobilidade reduzida ao ambiente construído, proporcionando a todos equiparação de oportunidades.

Para viabilizar a apresentação desta metodologia, tomou-se como base o Estudo de Caso do Edifício da Escola Fazendária do Estado de São Paulo/FAZESP (antigo prédio da Escola do Carmo) – um edifício de valor histórico cuja construção data de 1.914, que já passou por diversos tipos de uso, em 2002 foi objeto de obras de restauração e reforma, e que funciona atualmente como uma unidade destinada à realização de cursos, oferecidos aos funcionários da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

A metodologia aplicada no presente Estudo de Caso tomou como base o modelo descrito em YOUNG, 1996 apud CAMBIAGHI, 2004, os princípios do Desenho Universal, e as exigências das Normas referentes ao assunto, em especial a NBR 9050/2004 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da adequação de edifícios e mobiliário urbano às pessoas com deficiência. A análise utilizou ainda métodos e técnicas aplicados à Avaliação Pós - Ocupação – APO, um método de avaliação do ambiente construído, que busca entre outros, promover ações que contribuam para a melhoria das condições de uso de edifícios, e que neste caso relaciona-se especificamente à adequação de Edifícios de Valor Histórico à Acessibilidade.

Dentre os métodos e técnicas utilizados destacam-se o Levantamento da Legislação e das Normas Técnicas, a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa Histórica; a Avaliação Técnico – Funcional, que compreende o Reconhecimento do Local, a Análise dos Projetos, o Levantamento Fotográfico e a Análise Dimensional; a Avaliação dos Usuários, que compreende as Entrevistas com Pessoas – Chave para a obtenção de informações sobre uso e ocupação do edifício; os Questionários distribuídos aos Usuários para a obtenção de informações sobre seu desempenho em relação à Acessibilidade - suas experiências e constatações através da observação do edifício em uso .

Com base nos resultados obtidos, são efetuadas recomendações para dotar o edifício em estudo de melhores condições de uso por todos os indivíduos, independente de suas características físicas, e apresentadas as conclusões sobre a eficácia dos métodos aplicados.

2. CONCEITOS

2.1. Acessibilidade

De acordo com a Lei nº.10.098/2000, ...*“Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”*.

A partir deste conceito entende-se que um edifício é acessível quando não apresenta restrições ao acesso e à ampla utilização pela grande maioria dos indivíduos de uma sociedade, incluindo-se pessoas com deficiência, ou pessoas que apresentam mobilidade reduzida momentaneamente, possibilitando-lhes autonomia, conforto e segurança.

2.2. Desenho Universal¹

O conceito de Desenho Universal (“Universal Design”) foi criado nos Estados Unidos no ano de 1963. No início foi chamado como “Desenho Livre de Barreiras”, e posteriormente passou a ser conhecido como “Desenho Universal”, por considerar a diversidade humana e respeitar as diferenças existentes entre as pessoas. (CPA – 2005)

Segundo PREISER (2001), o Desenho Universal sofreu com a ausência de critérios desde sua criação em 1963 até abril/1997, quando foram definidos os seus sete princípios, a fim de torná-lo mais compreensível.

Segundo CAMBIAGHI (2004), são sete os princípios do Desenho Universal:

¹Desenho Universal- *“Aquele que visa a atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população”*(NBR 9050, 2004 – p.3). Entende-se como Projeto para a diversidade ou Projeto universal.

- ❑ **Uso Equitativo** - O projeto deve disponibilizar recursos e atender a pessoas com habilidades diversas, proporcionando autonomia, conforto e segurança.
- ❑ **Flexibilidade ao Uso** - O projeto deve atender a uma ampla gama de indivíduos, com as mais diversas preferências e habilidades.
- ❑ **Uso simples e intuitivo** - O projeto deve ser de fácil compreensão, independente da experiência, conhecimento, habilidades de linguagem, ou capacidade de concentração do usuário.
- ❑ **Informação perceptível** - O projeto deve transmitir ao usuário a informação necessária para que este, independente de suas habilidades ou das condições do ambiente, possa percebê-la e compreendê-la.
- ❑ **Tolerância ao Erro** - O projeto deve minimizar riscos e conseqüências adversas de ações não intencionais ou mesmo acidentais.
- ❑ **Mínimo Esforço Físico** - O projeto deve proporcionar conforto ao usuário, não necessitando que o mesmo seja obrigado a aplicar força excessiva para a execução de uma tarefa.
- ❑ **Dimensionamento de Espaços para Acesso e Uso** - O projeto deve prover espaços com dimensões apropriadas para prover acesso, alcance, manipulação e uso a todas as pessoas, independente do tamanho, postura ou mobilidade.

A adoção destes princípios possibilitará a criação de espaços menos restritivos e mais utilizáveis pela grande maioria da população.

Pode ser entendido como uma ferramenta, uma forma de projetar que visa a beneficiar a todos os indivíduos: os que não possuem qualquer restrição, os indivíduos com deficiências físicas, visuais, e/ou auditivas; os idosos, crianças, gestantes e anões; e

os indivíduos que passam por limitações em caráter temporário ou permanente, e que em um dado momento de suas vidas passam a necessitar de espaços menos restritivos.

Segundo PREISER (2001), o Desenho Universal deve se constituir em uma abordagem permanente, que retrata um processo focado, desde sua concepção, no atendimento ao maior número de usuários.

ANDRADE (2005 – p. 4.41) observa que *...“Atender plenamente a esses princípios não é tarefa das mais fáceis quando se tem o desafio de atender a um mundo globalizado, com diferentes necessidades, culturas, costumes, características físicas e dimensionais. Nas corporações de alcance global, atualmente se discute a validade dos requerimentos padrões “universais” diante de uma diversidade sócio – econômico - cultural tão vasta”.*

Na mesma referência, ANDRADE ressalta que *...“No entanto as necessidades básicas gerais, como ter livre - acesso, circulação e condições justas e favoráveis ao uso dos espaços é um direito de todos. Nesse sentido, as Normas de acessibilidade fornecem diretrizes que, seguidas corretamente, produzirão edifícios e ambientes mais amigáveis, a serem usufruídos por quaisquer pessoas, independente de sua condição física”.*

2.3. O Edifício de Valor Histórico

Todo edifício de valor histórico apresenta peculiaridades em sua concepção arquitetônica que devem ser respeitadas, como forma de preservar suas características originais e sua identidade.

Geralmente esses edifícios possuem características próprias. Na maioria dos casos são construídos em alvenaria estrutural, possuem pé-direito duplo, e ainda, apresentam restrições para a realização de intervenções em virtude dos processos de tombamento.

Por seu caráter monumental, os edifícios de valor histórico apresentam barreiras arquitetônicas que dificultam o acesso e fruição por indivíduos com deficiência.

Segundo MORAES (2004), essas barreiras refletem o processo de ocupação do espaço de uma época em que o conceito de Acessibilidade não era considerado essencial à sociedade.

Essas barreiras são, não raro, maiores do que as que se observam nos edifícios em geral, visto que não possuem acesso ao nível da rua; não possuem vagas especiais para estacionamento de veículos de pessoas com deficiência; não possuem sistema de comunicação e sinalização em “Braille” - sistema de leitura com caracteres em relevo, identificáveis por pessoas com deficiência visual através do tato; assim como não possuem instalações sanitárias adaptadas a indivíduos em cadeira de rodas.

As escadas junto aos acessos e as escadarias internas que interligam os pavimentos, associadas à ausência de rampas e elevadores, também se constituem nas principais barreiras às pessoas com deficiência.

A falta de sanitários adaptados impede a permanência, assim como a falta de sinalização, embora não impeça, inviabiliza a utilização por pessoas com deficiência.

Segundo CAMBIAGHI (2004), as dificuldades mais típicas encontradas nos edifícios e espaços de valor histórico são:

- ❑ Chegada, acesso e estacionamento de veículos nas proximidades do local;
- ❑ Acesso com diferenças de nível, degraus, escadas, pisos mal conservados, passagens estreitas, acessos especiais que vez ou outra encontram-se trancados, entre outros;
- ❑ Desníveis internos;
- ❑ Comunicação e sinalização falhas sobre distâncias e rotas acessíveis;
- ❑ Sanitários mal ou não adaptados;
- ❑ Inexistência de informação visual para pessoas com deficiência auditiva, e em Braille para pessoas com deficiência visual.

Para adaptar os edifícios às pessoas com deficiência, é necessário dotá-los de elementos que possibilitem a essas pessoas autonomia - total ou assistida, conforto e segurança.

Apesar dos grandes esforços empreendidos na questão da Acessibilidade, no conjunto de Normas disponíveis e na Legislação vigente, ainda existem construções desta tipologia que não oferecem condições para acesso e fruição por essas pessoas.

CRAVOTTO (1990) descreve as principais considerações sobre as barreiras que os Espaços e Construções Históricas do Patrimônio Cultural apresentam para acesso e fruição por pessoas com deficiência:

1. Construções históricas são espaços ou edifícios, geralmente antigos, que possuem valor histórico e cultural relevante;
2. Na maioria dos casos as construções históricas apresentam barreiras arquitetônicas às pessoas com deficiência;
3. Eliminar ou atenuar essas barreiras significa alterar a autenticidade da construção;
4. As construções históricas podem ser protegidas ou reabilitadas para o atendimento de funções compatíveis com sua natureza, e para que venham a exercer funções de visitação e funções específicas;
5. As construções históricas deverão sofrer adaptações espaciais e estruturais, e incorporados elementos, dispositivos, sistemas, redes técnicas, equipamentos e sinalização;
6. As adaptações justificam-se pela redução ou eliminação de barreiras espaciais;
7. O limite das adaptações é determinado pelo grau de perda do valor histórico, que deve ser definido caso a caso, segundo sua importância em relação aos valores sócio - culturais vigentes;
8. Nunca poderão ser eliminados quaisquer elementos originais dos edifícios de valor histórico. Toda adaptação deverá ser feita através da implementação de elementos novos, tomando-se o cuidado de não comprometer a harmonia com o conjunto;
9. Cada caso será considerado único, não sendo possível estabelecer tipologias de soluções;
10. Elaborar critérios locais e nacionais é necessário, entretanto, "Respeitar o Homem e Respeitar suas Obras" é imprescindível.

A Instrução Normativa nº. 1 do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional de 25/11/03 é responsável, entre outros por ...*"estabelecer diretrizes, critérios e recomendações para a promoção das condições de acessibilidade aos bens culturais imóveis nela especificados, a fim de equiparar oportunidades de fruição destes bens pelo conjunto da sociedade, em especial pelas pessoas com deficiência"*.

A NBR 9050/2004 estabelece que ...*"Todos os projetos de adaptação para acessibilidade de bens tombados devem obedecer às condições descritas na referida*

Norma, porém atendendo aos critérios específicos a serem aprovados pelos órgãos do patrimônio histórico e cultural competentes”.

Os órgãos responsáveis pela elaboração e controle desses critérios são o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT da Secretaria de Estado da Cultura, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, ligado ao Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, da Secretaria Municipal de Cultura - SMC, entre outros.

2.3.1. Acessibilidade em Edifícios de Valor Histórico

Segundo a Instrução Normativa nº. 1 do IPHAN, ...“As intervenções poderão ser promovidas através de modificações espaciais e estruturais; pela incorporação de dispositivos, sistemas e redes de informática; bem como pela utilização de ajudas técnicas e sinalizações específicas, de forma a assegurar a acessibilidade plena sempre que possível, devendo ser legíveis como adições do tempo presente, em harmonia com o conjunto. Cada intervenção deverá ser considerada como um caso específico, avaliando-se as possibilidades de adoção de soluções em acessibilidade frente às limitações inerentes à preservação do bem cultural imóvel em questão e, o limite para a adoção de soluções em acessibilidade decorrerá da avaliação sobre a possibilidade de comprometimento do valor testemunhal e da integridade estrutural resultantes”.

A Câmara Técnica sobre Regulamentação das Normas Constitucionais sobre Locomoção e Acessibilidade da Pessoa Portadora de Deficiência da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência do Ministério da Justiça, 1995 apud FIGUEIREDO, 1997 determina que edificações e espaços públicos de valor histórico devem assegurar acessibilidade, respeitando-se os princípios constantes dos atos de tombamento.

GUIMARÃES, 2001 apud PREISER, 2001 observa que o projeto deve estar em harmonia arquitetônica, a fim de que sejam eliminados os conflitos oriundos de estilos históricos distintos, para o uso da tecnologia passada e atual.

Segundo CAMBIAGHI (2004) as adaptações devem seguir ao modelo de YOUNG (1996), descrito a seguir.

É importante salientar que os aspectos abordados no referido modelo deverão estar de acordo com as diretrizes correspondentes da NBR 9050/2004 da ABNT, como pode ser verificado no item 5. deste Estudo.

1. Acesso e Estacionamento;
2. Pisos;
3. Equipamentos Eletromecânicos;
4. Rampas e Corrimãos;
5. Acessos;
6. Comunicação e Sinalização;
7. Informação Tátil;
8. Placas Informativas;
9. Indicação de facilidades para Pessoas com Deficiência;
10. Sanitários;
11. Lojas e Pontos de Venda;
12. Métodos Alternativos de Acessibilidade.

3. PANORAMA DA ACESSIBILIDADE

Os dados mundiais são um pouco vagos, mas, segundo MORAES (2004 – p. 5), ...*“O índice estimado pela Organização Mundial de Saúde - OMS é que 10% da população mundial tem algum tipo de deficiência”...*

Segundo a ONU – Organização das Nações Unidas, existe no mundo 600 milhões de pessoas com deficiência, sendo 400 milhões nos países em desenvolvimento.

No Brasil, desde a década de oitenta discute-se sobre a necessidade de eliminação de barreiras como meio para possibilitar a inclusão de pessoas com deficiência.

Essas barreiras dificultam a vida dessas pessoas, impossibilitando-as de exercerem seus direitos de ir e vir com liberdade, autonomia, conforto e segurança, assim como de participarem das atividades comuns a qualquer cidadão.

Em 1981 foi instituído o “Ano Internacional de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência”. Desde então foram criadas Leis e Normas para estabelecer parâmetros de comportamento e dimensionamento que possibilitem a inclusão dessas pessoas à sociedade, possibilitando-lhes o acesso ao trabalho, à cultura e ao lazer.

Em 1985 foi elaborada a primeira edição da NBR 9050, em 1994 a segunda, e em 2004 a terceira edição da Norma.

Outras iniciativas vêm sendo verificadas através de órgãos governamentais e não governamentais em prol da inclusão das pessoas com deficiência à sociedade, como por exemplo a criação da Comissão Permanente de Acessibilidade - CPA, da Prefeitura do Município de São Paulo em 1996, e a Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida – SEPED, em 2005, e as diversas Associações, cujo objetivo é oferecer apoio às pessoas que possuem limitações físicas ou sensoriais.

De acordo com dados do Censo Demográfico Brasileiro de 2000, 24,5 milhões de brasileiros são portadores de deficiências, o que corresponde a 14,5% da população brasileira.

Segundo dados apresentados por GABRILLI (2007 - p. 24-30), existem cerca de 1,5 milhão de pessoas com algum tipo de deficiência e 2,0 milhões de pessoas com mobilidade reduzida, como obesos, idosos e gestantes. Calcula-se que somente em

São Paulo/Capital o universo de pessoas com deficiência configura-se de acordo com os dados apresentados na Tabela 1.

Tipos de Deficiência	População em São Paulo
Física: Tetraplegia, paraplegia, hemiplegia, amputados, outros	416.000
Visual	687.000
Auditiva	247.000
Deficiência Intelectual (Down)	131.000
TOTAL	1.481.000

Fonte : Gabrilli, 2007

Tabela 1: Número de pessoas com deficiência em São Paulo

Com base nestes números conclui-se que tornar um edifício acessível é requisito essencial no contexto das grandes e pequenas cidades.

Conforme previsto pela Legislação vigente, empresas públicas e privadas são obrigadas a preencher uma porcentagem de suas vagas com pessoas com deficiência.

A Lei nº. 8.213, de 24/07/91 dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas com mais de cem empregados preencherem de 2% a 5% (dois a cinco por cento) de seu quadro de funcionários com pessoas reabilitadas, ou pessoas com deficiência habilitadas.

De acordo com a alínea VIII do art. 37 da Constituição Federal, as empresas públicas também são obrigadas a contratar pessoas com deficiência.

A Lei 8.112, de 11/12/90 assegura às pessoas com deficiência o direito de inscrever-se para cargos em concursos públicos, cujas atribuições sejam compatíveis com o tipo de deficiência de que são portadoras. As vagas reservadas a pessoas com deficiência podem chegar a 20% (vinte por cento) do total de vagas oferecidas.

Também o Decreto 3.298, de 20/12/99 assegura às pessoas com deficiência o direito de inscrever-se em concursos públicos, em igualdade de condições com as demais.

Assim sendo, as condições de Acessibilidade em edificações assumem um caráter obrigatório e indispensável, visto que a Lei faculta a estes indivíduos o acesso ao trabalho, garantindo-lhes a possibilidade de se desenvolverem e produzirem como qualquer outro indivíduo na sociedade.

4. O GERENTE DE FACILIDADES E A ACESSIBILIDADE

“Gerenciamento de Facilidades é uma atividade profissional que tem por finalidade o planejamento e a operação de processos eficientes, integrando edifícios, equipamentos e serviços (meios), visando a dar suporte às pessoas para a efetiva consecução dos propósitos (fins) das Organizações” (GRAÇA - 2006: sp).

O Gerente de Facilidades pode atuar em empresas públicas e privadas, nos níveis estratégico, tático e operacional, integrando pessoas, espaços e tecnologia, contribuindo para que os objetivos das Organizações sejam alcançados.

Suas atividades compreendem desde a operação, o planejamento e a gestão de todos os sistemas do edifício, suas instalações, equipamentos, tecnologia, energia elétrica e iluminação, fornecimento de água, coleta de esgotos, ventilação e refrigeração, proteção e combate a incêndios, comunicação e segurança, suprimentos, automação e controle. Envolve serviços de conservação e manutenção de bens patrimoniais, reformas e adaptações, limpeza, jardinagem, segurança patrimonial, estacionamento, deposição de resíduos, obtenção de documentações, licenças e alvarás; gestão dos espaços internos e de mobiliário, e responde ainda pelo acompanhamento físico e financeiro de Contratos.

Neste contexto a Acessibilidade figura como uma de suas responsabilidades, de igual importância em relação às demais. Não somente a acessibilidade sob o aspecto da possibilidade de acesso ao espaço edificado, mas como o conjunto de ações e serviços que possibilitem a criação de ambientes acessíveis, acolhedores e utilizáveis pela maior gama de indivíduos possível.

Como pôde ser observado no item anterior, se empresas devem incluir em seu quadro regular de funcionários indivíduos com deficiência, é fundamental proporcionar a essas pessoas condições para que desenvolvam suas potencialidades e estimulem sua produtividade, pois pessoas com deficiência podem, respeitando-se suas limitações, desempenhar diferentes funções em uma sociedade.

Assim como a grande maioria da população, as pessoas com deficiência necessitam de ambientes acessíveis, sinalizados, mobiliário, equipamentos e tecnologia,

que os auxiliem e possibilitem a realização de suas tarefas e o desenvolvimento de seus potenciais.

O Gerente de Facilidades, dentre suas atribuições, deverá prover espaços livres de barreiras, que se adaptem às mais diversas variações antropométricas e sensoriais, proporcionando às pessoas condições de conforto para a realização de suas atividades. Para isto deverá observar além da NBR 9050/2004, os princípios do Desenho Universal.

Também poderá disponibilizar, além da tecnologia comumente utilizada pela grande maioria da população, as chamadas “ajudas técnicas”, instrumentos e equipamentos de apoio, softwares alternativos e acessíveis, que aumentam, mantêm ou melhoram as habilidades dos indivíduos com deficiência, e os auxiliam no desempenho de suas atividades, possibilitando-lhes acesso ao trabalho, à cultura e ao lazer, com autonomia total ou assistida.

As ajudas técnicas são representadas pelos sistemas de comunicação alternativa que permitem o desenvolvimento da expressão e a recepção de mensagens; pelos equipamentos que permitem às pessoas com deficiência operar computadores como: teclados e mouses adaptados; pelos dispositivos que possibilitam a redução e/ou eliminação de barreiras arquitetônicas, como plataformas de percurso inclinado (rampas motorizadas), de percurso vertical (elevadores), pelos acessórios que promovem a adequação da postura sentada para um maior conforto; pelos equipamentos adaptados a pessoas com deficiência visual ou auditiva como: ampliadores de tela, lentes de aumento, telas aumentadas, navegadores com voz, sistemas de alerta visuais e outros, e por fim, pelos equipamentos que possibilitam a mobilidade dos indivíduos com dificuldades de locomoção (cadeiras de rodas, andadores, bengalas, muletas, e acessórios).

Neste contexto o Gerente de Facilidades ocupa um lugar de particular importância na questão da acessibilidade do espaço edificado, pois dispõe dos meios necessários à inclusão das pessoas ao ambiente construído e ao trabalho.

Espera-se que mediante este estudo, os Gerentes de Facilidades tenham à sua disposição instrumentos para análise de Acessibilidade de Edifícios de Valor Histórico, para que possam encontrar soluções que possibilitem a criação de ambientes menos restritivos.

5. METODOLOGIA PARA ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM EDIFÍCIOS DE VALOR HISTÓRICO

A presente Metodologia consiste em uma ferramenta para análise de desempenho de Edifícios de Valor Histórico sob o aspecto Acessibilidade.

É voltada aos Gerentes de Facilidades ou Gestores de Edifícios, visto que estes são os responsáveis pelo planejamento, operação e manutenção de edifícios, equipamentos e serviços, visando a oferecer suporte à atividade – fim das Organizações, e possibilitando o alcance de seus propósitos.

Teve como linha - mestra a Avaliação Pós - Ocupação – APO, um método de avaliação de desempenho do ambiente construído, pós – ocupado.

Segundo ORNSTEIN & ROMÉRO (1992), a Avaliação Pós - Ocupação teve origem nos EUA, vem sendo amplamente aplicado em diversos países do mundo, está se consolidando do ponto de vista acadêmico, e como atividade profissional de consultoria.

A Avaliação Pós - Ocupação se diferencia de outros métodos, especialmente, pela avaliação dos usuários em relação ao ambiente construído, que consiste em um importante subsídio a ser analisado tecnicamente, com base em referências teóricas, para que sejam identificados problemas e propostas soluções para melhorar seu desempenho.

Além de priorizar os aspectos relacionados ao uso, operação e manutenção dos edifícios, a APO resgata ainda a memória de sua produção.

ROMÉRO, 1997 apud ANDRADE, 2000 - p.123 observa que ...*“o grande trunfo da APO foi propor a inserção dos usuários nos processos tradicionais de avaliação, sem, entretanto, reduzir o papel da avaliação técnica e da bagagem teórica de seus avaliadores.”*

Isto significa que a avaliação sob o ponto de vista dos usuários é responsável por fornecer subsídios a uma avaliação técnica, que por sua vez, orienta-se através do embasamento teórico, fundamentado em Leis, Normas, Instruções e Princípios relativos ao assunto, e que neste caso refere-se à adequação ao uso por todos os indivíduos com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Segundo PREISER & SCHRAM, 1998 apud ANDRADE, 2000 – p. 124 ...”a Avaliação Pós – Ocupação deve ser realizada de seis meses a um ano após o início do uso. Nesse sentido, ela permite a obtenção de feedback acerca do que está funcionando e do que não está, permite verificar se as necessidades identificadas na etapa de levantamento de programa e de avaliação pré - projeto foram atendidas e, por fim, mas não menos importante, identificar problemas no desempenho do edifício ocupado e sugestões de soluções para resolvê-los”.

Em se tratando ainda da análise de edifícios de valor histórico, o roteiro proposto orienta-se no modelo estabelecido por YOUNG (1996), nas diretrizes da NBR 9050/2004 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, e nos princípios do Desenho Universal, como descrito no item 1. deste estudo, respeitadas as limitações impostas pelos processos de tombamento pelos quais passam os edifícios desta tipologia.

Os resultados obtidos através desta Metodologia possibilitarão a identificação das principais barreiras que dificultam a ampla utilização do espaço por todos os indivíduos, incluindo-se pessoas com deficiência ou com dificuldades motoras ou sensoriais, além de idosos, gestantes, crianças e idosos.

Segundo ANDRADE (2000), a Avaliação Pós - Ocupação pode ser Indicativa, Investigativa, ou para Diagnóstico:

APO Indicativa: Na Avaliação Pós - Ocupação Indicativa é utilizada somente a etapa de avaliação técnica, que é realizada através de *walk trough*, além de entrevistas com pessoas - chave, reuniões em grupo com usuários do edifício, e também inspeções que documentem o desempenho do mesmo através de fotografias, ou através da escrita.

APO Investigativa: A Avaliação Pós - Ocupação Investigativa permite um maior aprofundamento do objeto a ser avaliado. Neste tipo de APO são realizadas entrevistas com pessoas - chave, e aplicados questionários aos usuários do edifício, além de levantamento fotográfico, gravação em vídeo, e medições “in loco”.

APO para Diagnóstico: A Avaliação Pós - Ocupação para Diagnóstico é específica e de longo prazo. Abrange diversos aspectos relacionados ao desempenho do edifício, tais como segurança contra incêndio, sistemas de iluminação, privacidade, densidade, e outros, tal qual estabelecido em ANDRADE (2000 – p.125).

Para este Estudo de Caso, propõe-se a utilização do método Investigativo, que tem como objetivo investigar e aferir as reais condições do edifício em relação à acessibilidade, e avaliar seu desempenho.

A avaliação proposta estrutura-se da seguinte forma, como mostra a Figura 1:

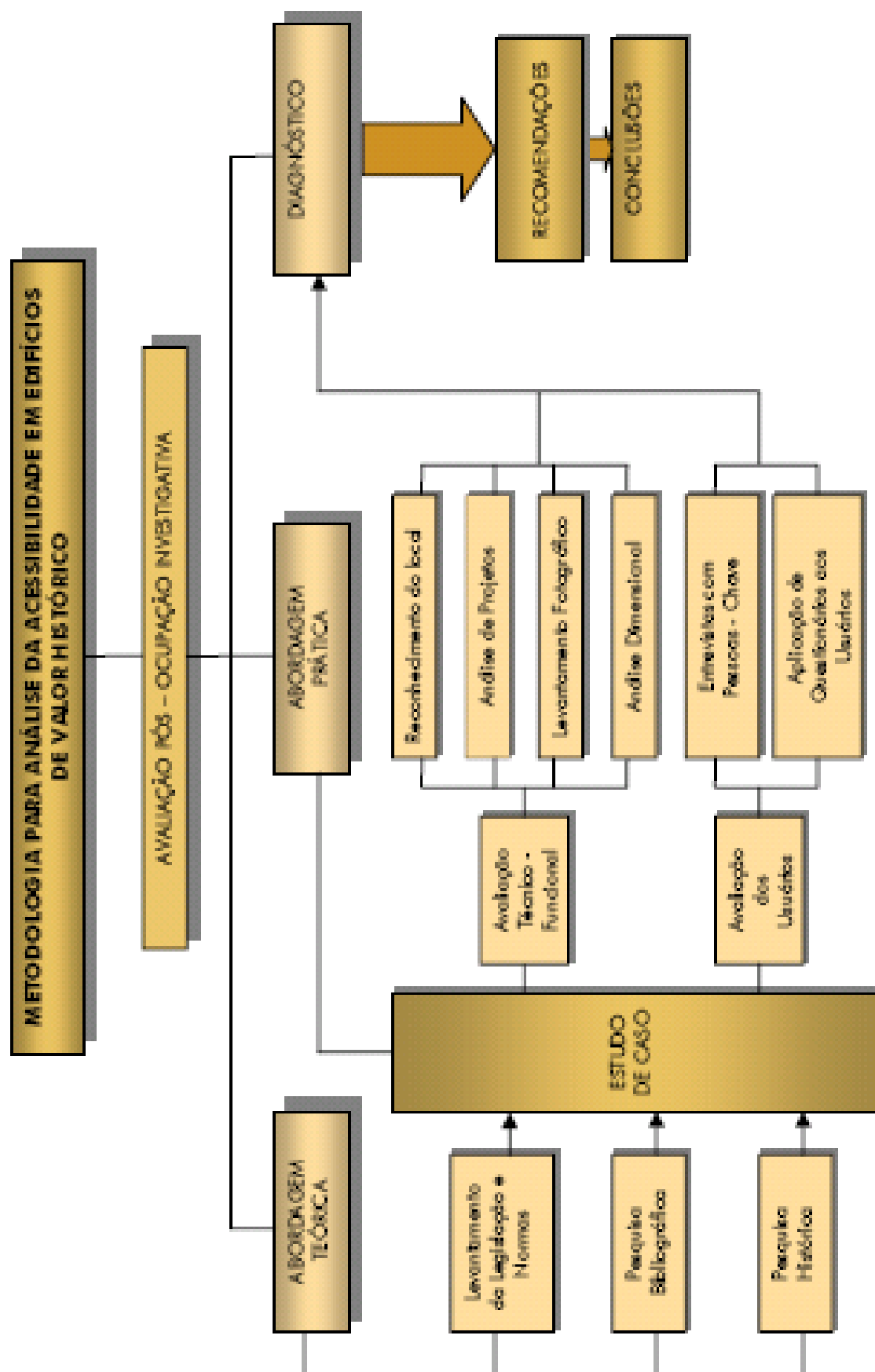


Figura 1 : Fluxograma da Metodologia para Análise da Acessibilidade em Edifícios de Valor Histórico

5.1. Abordagem Teórica

5.1.1. Levantamento da Legislação e Normas Técnicas

O Brasil possui atualmente um significativo material normativo que visa a possibilitar o suporte técnico às atividades de projeto, construção, instalação e adaptação de espaços, equipamentos e edifícios, para a promoção da acessibilidade.

Também possui considerável conjunto de Leis, que amparam as pessoas em seus direitos como cidadãos, tanto nos âmbitos Federal, Estadual como Municipal, além da Constituição Brasileira que por si só contempla todos os aspectos relativos à igualdade entre os indivíduos, em todos os níveis.

As Normas são responsáveis pelo estabelecimento de diretrizes e parâmetros mínimos de dimensionamento, e também por nortear a Avaliação técnico - funcional.

A Legislação estabelece critérios para a promoção da acessibilidade em edifícios de valor histórico, e consiste no embasamento legal que irá assegurar aos indivíduos com deficiência o direito de acesso ao trabalho, à cultura e ao lazer.

A Abordagem Teórica consiste na realização de uma pesquisa onde são levantadas a Legislação, as Normas Técnicas pertinentes, as Instruções Normativas de Órgãos Governamentais, os modelos propostos por especialistas no assunto, a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa Histórica.

No caso de Edifícios de Valor Histórico, a observância das recomendações constantes da Norma de Acessibilidade, a NBR 9050/2004 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, que estabelece diretrizes para Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; da Legislação pertinente; e do Desenho Universal, associadas ao cumprimento das diretrizes previstas pela Legislação específica que rege os imóveis tombados, possibilita a inclusão de pessoas com deficiência ao meio físico, e a melhoria da qualidade do atendimento a essa parcela da população.

Na análise de bens tombados, que possuem características construtivas próprias, além do conjunto de leis e de referências normativas, recomenda-se ainda

consultar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT da Secretaria de Estado da Cultura, e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, ligado ao Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, que consistem na Administração Estadual e Municipal respectivamente, instituídos para deliberarem sobre o tombamento de bens móveis e imóveis de valor reconhecido para o Estado e para a Cidade de São Paulo, promoverem políticas de preservação e valorização de bens culturais, promover a preservação e a valorização da paisagem, ambientes e espaços ecológicos, além de promover a estratégia de fiscalização da preservação e do uso dos bens tombados, tendo em vista as intervenções que via de regra devem ser feitas para adaptar edifícios desta tipologia às pessoas com deficiência.

5.1.2. Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica consiste no material que irá fornecer os subsídios necessários à elaboração da análise. Corresponde a livros, teses, artigos de autores nacionais e estrangeiros, entre outros, utilizados paralelamente à Legislação, às Normas Técnicas e às Instruções de Órgãos Públicos que estabelecem critérios relacionados ao tema abordado na pesquisa.

Neste caso, o levantamento bibliográfico tomou como base dois aspectos determinantes, que se relacionam diretamente com o Edifício da Escola Fazendária, que são: as questões relativas à Acessibilidade, e as condicionantes que envolvem os Edifícios Tombados.

5.1.3. Pesquisa Histórica

A pesquisa histórica é importante para que se possa ter conhecimento dos fatores que influenciaram o projeto e a construção do edifício, assim como os tipos de uso e ocupação pelos quais passou desde sua construção.

No caso específico de edifícios de valor histórico, a pesquisa histórica deve referir-se ainda aos dados referentes a tombamento, às diretrizes aplicáveis a bens

tombados, visto que qualquer adaptação a ser efetuada em edifícios desta tipologia deve ser feita criteriosamente, respeitando-se suas características e seu projeto original.

Como as construções históricas são espaços geralmente antigos, que possuem valor histórico e cultural significativo, o ato de tombá-los traduz-se em uma forma de manter as características originais da construção, preservando sua identidade, e resgatando a “memória da cidade”.

5.2. Abordagem Prática

5.2.1. Avaliação Técnico - Funcional

A avaliação técnico – funcional tem como objetivo aferir a compatibilidade do edifício, suas instalações e equipamentos, bem como de seu entorno imediato, às condições mínimas necessárias à acessibilidade, previstas na NBR 9050/2004, e nos princípios do Desenho Universal.

A avaliação é feita a partir de vistorias técnicas, que podem ser do tipo exploratórias – *walk-through*, ou do tipo detalhadas, com base em roteiros previamente estabelecidos.

A avaliação técnico – funcional compreende o reconhecimento do local onde o edifício está inserido, seu entorno, o levantamento fotográfico, a análise dos projetos, e a análise dimensional, levando em consideração as observações feitas pelos usuários do edifício em seus questionários.

Por ocasião das vistorias deve ser efetuado o levantamento dimensional das instalações e equipamentos. As medições feitas “in loco” têm o objetivo de fornecer subsídios à análise dimensional, que será efetuada com base na NBR 9050/2004, a fim de que sejam identificadas as principais situações – problema que deverão ser objeto de recomendações, para que sejam tratadas ou eliminadas .

A análise dos projetos também poderá contribuir para a análise dimensional, pois diversas informações podem ser obtidas através dos projetos.

No presente Estudo de Caso foram efetuadas vistorias com base no modelo de YOUNG (1996), que determina quais os elementos devem ser observados na análise

da acessibilidade de edifícios de valor histórico, e que são descritos a seguir, associados aos itens correspondentes da Norma citada como referência.

1. Acesso e Estacionamento

As vagas reservadas a veículos de pessoas com deficiência devem estar posicionadas nas proximidades do acesso ao edifício. O estacionamento, assim como rota de acesso devem conter piso contínuo e antiderrapante.

➤ Item correspondente da NBR 9050/2004: 6.1. e 6.12.

2. Pisos

Os pisos devem possibilitar o deslocamento de cadeiras de rodas, bengalas, muletas, e outros.

➤ Item correspondente da NBR 9050: item 6.1.1. a 6.1.7.

3. Equipamentos Eletromecânicos

Em construções de valor histórico, recomenda-se a instalação de elevadores de uso restrito, e/ou elevadores de plano inclinado ou vertical para facilitar a circulação de pessoas em cadeira de rodas ou pessoas com dificuldade de locomoção. É recomendado ainda que esses equipamentos sejam instalados de maneira a produzir o mínimo impacto visual possível.

➤ Item correspondente da NBR 9050: 6.8.

4. Rampas e Corrimãos

As rampas devem possuir inclinação máxima de 8,33%, e piso em material antiderrapante. As rampas podem compor o visual do edifício, ou tornar-se despercebidas. Os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados, com dupla altura.

➤ Item correspondente da NBR 9050: 6.5. e 6.7.

5. Acessos

A entrada acessível deve ser instalada preferencialmente junto à entrada dos demais usuários, entretanto, caso não seja possível, recomenda-se a instalação de rota alternativa, devidamente sinalizada, para os usuários de cadeira de rodas, andadores, muletas, e outros.

➤ **Item correspondente da NBR 9050: 6.2.**

6. Comunicação e Sinalização

A indicação de rotas e sanitários acessíveis, quando diferentes das rotas usuais, deve ser feita através de signos. Caso algum elemento do edifício não permita adaptação, devem ser disponibilizados folhetos explicativos.

➤ **Item correspondente da NBR 9050: 5.**

7. Informação Tátil

Rotas de piso com informações em Braille, letras e signos em relevo são utilizados para auxiliar pessoas com deficiência visual e visão subnormal. Também mapas em relevo e Braille, e maquetes podem ser disponibilizados para facilitar no reconhecimento dos espaços.

➤ **Item correspondente da NBR 9050: 5.14. e 5.11.**

8. Placas Informativas

Rotas acessíveis não podem ser obstruídas ou interrompidas. As placas informativas devem possuir cores contrastantes, ser instaladas à altura de 1,50m do piso, e lidas a uma distância de 1,50m.

➤ **Item correspondente da NBR 9050: 5.5., 5.8., 5.9., 5.10.**

9. Indicação de Facilidades para Pessoas com Deficiência

Todas as facilidades disponibilizadas a pessoas com deficiência, como vagas reservadas em estacionamentos, sua direção, rotas alternativas, elevadores, rampas e banheiros acessíveis, devem ser devidamente sinalizadas com pictogramas que contenham o Símbolo Internacional de Acesso/SIA.

- Item correspondente da NBR 9050: 5.4.

10. Sanitários

Sanitários masculinos e femininos adaptados devem ser previstos junto aos demais sanitários. Entretanto, caso não seja possível, deverá ser previsto um sanitário unissex interligado a uma rota acessível, devidamente sinalizado, e dotado de campainha para emergência.

- Item correspondente da NBR 9050: 7.

11. Lojas e Pontos de Venda (não se aplica ao presente Estudo de Caso)

Devem estabelecer-se em locais acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e permitir a circulação de uma cadeira de rodas. Nestes locais os balcões devem possuir altura de 0,80m e largura mínima de 0,80m. Os displays devem possuir boa visibilidade, e os preços impressos em Braille.

- Item correspondente da NBR 9050: 8.8.

12. Métodos Alternativos de Acessibilidade

- Tape tour – Consiste em um guia descritivo, gravado em meio magnético, cujo objetivo é auxiliar pessoas com deficiência visual ou pessoas com dificuldade de leitura de textos.
- Folhetos – São utilizados para ilustrar as áreas inacessíveis e para compensar um circuito incompleto, em razão dessas áreas.
- Computador, Virtual Reality, 3D vídeo: São equipamentos destinados a prestar informações adicionais a pessoas com deficiência visual, assim como a usuários de cadeira de rodas.
- Cadeira de rodas motorizadas como cortesia – Recomenda-se manter no local cadeiras motorizadas para utilização em longos percursos por idosos, usuários de muletas, e de próteses.

Ressalta-se que além da fundamentação oferecida pela NBR 9050/2004, e pelos princípios do Desenho Universal, é recomendável consultar as Instruções dos

Órgãos que regulamentam imóveis tombados, como descrito no item 2.3. do presente Estudo.

5.2.1.1. Reconhecimento do Local

○ Reconhecimento do Local refere-se à análise do local onde está situada a edificação, das principais vias de acesso, da infra-estrutura de transporte e serviços disponível, além de como pode ser feito o acesso ao local por pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção.

São os primeiros contatos estabelecidos com o espaço objeto da análise, que deverão possibilitar a avaliação das condições da região, do entorno e das vias de acesso, assim como a vizinhança, e os freqüentadores do local.

Também faz parte do reconhecimento do local o estabelecimento dos primeiros contatos com o edifício com os usuários, e, principalmente com pessoas que possam fornecer informações úteis ao desenvolvimento do trabalho - informações estas que fornecerão subsídios à realização da avaliação.

5.2.1.2. Análise de Projetos

A análise dos Projetos consiste no reconhecimento do edifício como um todo, ou seja, a leitura de plantas, cortes, fachadas, e de detalhes construtivos.

Através da análise dos projetos é possível obter as principais informações sobre as características da construção: estilo, sistema construtivo, volumetria, número de pavimentos, área construída, pé-direito, e os elementos que compõem o edifício, assim como a localização dos acessos.

Esta análise também fornecerá subsídios à proposição de recomendações e à incorporação de novos elementos à construção, que deve ser efetuada criteriosamente, de modo a não ferir sua identidade.

Nos casos em que o edifício tenha passado por obras de restauração e reforma, como é o caso de edifício da Escola Fazendária, a análise de projetos possibilita a identificação das premissas que nortearam a execução do projeto, além de permitir o reconhecimento dos elementos que foram incorporados ao mesmo, quais tecnologias

foram implementadas para tornar o edifício adaptado aos dias atuais e que possibilitaram sua reutilização, apesar de decorrido um longo período desde a época de sua construção.

5.2.1.3. Levantamento Fotográfico

O Levantamento Fotográfico consiste na obtenção de registros por imagens do edifício, seus elementos e suas principais características. Esses registros irão subsidiar, dentre outros elementos, a avaliação técnico – funcional, e auxiliarão o avaliador em sua análise, para o esclarecimento de dúvidas em relação às situações - problema identificadas nas vistorias.

Em complemento à análise de projetos e às vistorias realizadas *“in loco”*, o levantamento fotográfico permite registrar quais são e onde estão localizados os principais obstáculos que dificultam a plena utilização do edifício por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Também possibilita o registro da região onde o edifício está inserido, assim como das condições das principais vias de acesso.

Associado aos demais elementos apresentados nesta Metodologia, o levantamento fotográfico contribui para a realização da avaliação técnico – funcional que, por sua vez fornecerá subsídios à elaboração de recomendações que possibilitarão a melhoria das condições do edifício, a fim de torná-lo acessível a um maior número de pessoas.

5.2.2. Avaliação dos Usuários

A avaliação dos usuários compreende basicamente, a realização de entrevistas com pessoas – chave, usuárias do edifício, e a elaboração e distribuição de questionários aos visitantes , a fim de que sejam obtidas informações sobre o edifício, e também as impressões dos usuários, face à observação diária sobre o desempenho do mesmo em relação à acessibilidade.

Mediante as entrevistas e os questionários é possível o reconhecimento das principais deficiências do edifício.

5.2.2.1. Entrevistas com Pessoas – Chave

A realização de entrevistas com pessoas - chave possibilita a obtenção de dados sobre a atividade - fim da Organização à qual o edifício está inserido, o reconhecimento de dados sobre uso, a atual ocupação, as rotinas internas, os horários, e a população fixa - efetivo alocado, assim como a população flutuante – indivíduos que utilizam o edifício para realizar determinadas tarefas.

Também através das entrevistas é possível obter informações sobre as políticas existentes para atendimento às pessoas com deficiência que desejam ou necessitam utilizar o edifício, assim como quais facilidades e dificuldades o edifício apresenta, e como são tratadas as barreiras arquitetônicas e as barreiras de atitude, entre outras.

As entrevistas permitem ao pesquisador esclarecer, no ato de sua realização, quaisquer dúvidas do entrevistado em relação à pesquisa, diferentemente dos questionários, que são distribuídos aos usuários sem que haja a presença do pesquisador.

5.2.2.2. Aplicação de Questionários aos Usuários do Edifício

A Avaliação sob o ponto de vista dos Usuários é realizada mediante a aplicação de questionários distribuídos aos usuários do edifício – funcionários e visitantes.

Tem como objetivo obter suas impressões em relação ao ambiente construído, com base em sua vivência, suas experiências, e sua percepção face à observação diária do desempenho do edifício em relação às pessoas com limitações físicas ou sensoriais.

Os questionários podem ser distribuídos diretamente aos usuários, ou distribuídas a funcionários – chave, que poderão distribuí-los aos demais, e aos visitantes. Recomenda-se que os questionários distribuídos aos funcionários sejam devolvidos em um curto prazo, visto que pode-se correr o risco do funcionário sentir-se desestimulado a participar da pesquisa, se lhe for disponibilizado um prazo muito longo.

Recomenda-se ainda que sejam distribuídos questionários a uma parcela de no mínimo 60% dos usuários que freqüentam o edifício, para que a pesquisa possa obter o maior grau de confiabilidade.

Os questionários têm o objetivo de aferir as relações entre os indivíduos e o ambiente construído, através da identificação dos usuários, sua vivência em relação às deficiências, suas percepções, e também a avaliação em relação à questão da acessibilidade do objeto em análise.

As questões devem ser claras e precisas.

Recomenda-se, ao elaborar o questionário, efetuar um pré-teste a um número reduzido de pessoas, como forma de avaliar sua eficácia, podendo o mesmo ser reformulado caso seja identificado algum problema ou dificuldade de compreensão.

Na avaliação realizada pelos funcionários pressupõe-se que estes sejam conhecedores do edifício, visto que o freqüentam diariamente e conhecem todas as fragilidades que o mesmo apresenta, face à sua observação diária em relação à utilização por pessoas com dificuldades de locomoção, visão, ou outras; diferentemente da avaliação realizada pelos visitantes, através da qual é possível obter as impressões de diferentes freqüentadores, provenientes de locais diversos, outras Secretarias, outros edifícios, e que trazem diferentes experiências.

O prazo para devolução dos questionários dos visitantes deverá estar condicionado à freqüência com que estes utilizam o edifício. Mediante a devolução dos questionários é feita a tabulação dos dados.

Os questionários devem ser numerados e as questões reunidas e organizadas em uma Planilha do tipo Excel, que possibilite a geração de gráficos, e a compreensão e visualização dos resultados.

Nesta Planilha deve ser atribuído o valor 1 para cada alternativa de cada questão de múltipla escolha.

Em uma coluna ao final das questões obtém-se a somatória de cada alternativa em cada questão, e em uma última coluna o percentual correspondente ao total de cada resposta em relação ao total de questionários.

A partir desses percentuais, é possível gerar gráficos que representem os resultados obtidos, para uma melhor visualização e compreensão.

As questões dissertativas, complementares às questões de múltipla escolha, e que exigem dos entrevistados maior reflexão, devem ser tratadas de forma diferente em relação às demais. Tabula-se individualmente, agrupando-se as respostas similares.

Vale ressaltar que na análise das respostas das questões dissertativas são consideradas especialmente as observações que obtiverem maioria entre os entrevistados.

Entretanto, mesmo que algumas respostas não possuam a maioria, são também analisadas tecnicamente e, se consideradas relevantes, podem ser também objeto de recomendações.

5.3. Diagnóstico

A partir dos resultados obtidos através das abordagens Teórica e Prática, é possível a elaboração de um diagnóstico consistente acerca das reais necessidades do edifício.

Nesta etapa é possível efetuar a triagem das informações e apontar para os pontos críticos que necessitam ser tratados, que podem ser provenientes de diversos fatores como: do projeto do edifício, da época de sua construção, das limitações impostas pelos processos de tombamento pelos quais passam os edifícios de valor histórico, do entorno, da gestão do edifício, da disponibilidade de recursos, entre outros.

A análise desses pontos apontará para soluções, e originará recomendações que devem ser avaliadas tecnicamente e quanto à viabilidade, a fim de que sejam implementados elementos compatíveis com a realidade do edifício, capazes de dotá-lo de melhores condições sob o aspecto da Acessibilidade.

As recomendações são descritas paralelamente ao diagnóstico de cada situação, na Avaliação Técnico – Funcional.

5.4. Conclusões

A aplicação da presente Metodologia de análise de Acessibilidade fornecerá aos Gerentes de Facilidades ou Gestores de Edifícios elementos que possibilitarão um diagnóstico consistente sobre as condições dos edifícios de Valor Histórico sob esse aspecto, baseada em avaliações técnicas, pesquisas junto aos usuários,

fundamentada em Normas e princípios capazes de fornecer subsídios à elaboração de propostas para tornar os espaços menos restritivos, e acessíveis a um maior número de pessoas, independente de sua condição física.

6. ESTUDO DE CASO – O EDIFÍCIO DA ESCOLA FAZENDÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

6.1. Histórico do Edifício

O Edifício do Grupo Escolar do Carmo, atual Edifício da Escola Fazendária do Estado de São Paulo foi construído entre 1911 e 1914 à Rua da Boa Morte, atual Rua do Carmo, nº. 88, esquina com Rua das Flores. O edifício foi um dos mais belos grupos escolares da época, projetado em estilo “Art Nouveau” por Carlos Rosencrantz (1875-1951), um alemão naturalizado brasileiro, desenhista da antiga Diretoria de Obras Públicas da Secretaria da Agricultura, e Achilles Nacarato, seu chefe imediato.

Após ter sido utilizado como edifício escolar, entre 1940 e 1976 o prédio foi utilizado pela Diretoria do Serviço de Transportes Públicos da Secretaria da Agricultura. Em 1976, é adaptado para a instalação da creche Maria da Glória de Arruda Sampaio, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, que aí permanece até 1984, quando o prédio passa a ser utilizado como arquivo morto da mesma Secretaria.

A partir da desocupação do arquivo morto o prédio sofreu invasão e, mediante reintegração de posse, em 2002, passou por obras de restauração e reforma, que o fez retornar à sua configuração original, época em que foram implementados elementos para prover Acessibilidade à grande maioria de pessoas, com diferentes características físicas, incluindo-se pessoas com deficiência.

Atualmente o edifício é utilizado pela FAZESP - Escola Fazendária do Estado de São Paulo, uma unidade que promove cursos de capacitação e aperfeiçoamento aos funcionários da Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo.

6.1.1. Dados de Tombamento

O edifício da Escola Fazendária está localizado em área envoltória de edifícios tombados pelo CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico,

Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, como a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte à Rua do Carmo, 202, o Palácio da Justiça à Praça da Sé, 270 e o Quartel de II Batalhão de Guardas à Rua Frederico Alvarenga, s/nº, no Centro de São Paulo / Capital.

A área envoltória de um bem ou imóvel tombado é o perímetro ao redor do mesmo, delimitado para a proteção de suas características e de sua ambiência.

A partir da abertura do processo de tombamento, o edifício passou a ser protegido, de forma que qualquer intervenção que se pretendesse realizar, no imóvel ou na área envoltória, deveria ser submetida à apreciação da Divisão de Preservação, e aprovada pelo CONPRESP.

O imóvel objeto deste Estudo está enquadrado na Zona de Uso Z8-200, e encontra-se sob processo de tombamento pela Resolução nº. 44/92 do CONPRESP. As obras de restauração e reforma efetuadas no ano de 2002 foram submetidas ao CONPRESP mediante o Processo nº. 1999-02364861.

6.2. Avaliação Técnico - Funcional

6.2.1. Reconhecimento do Local

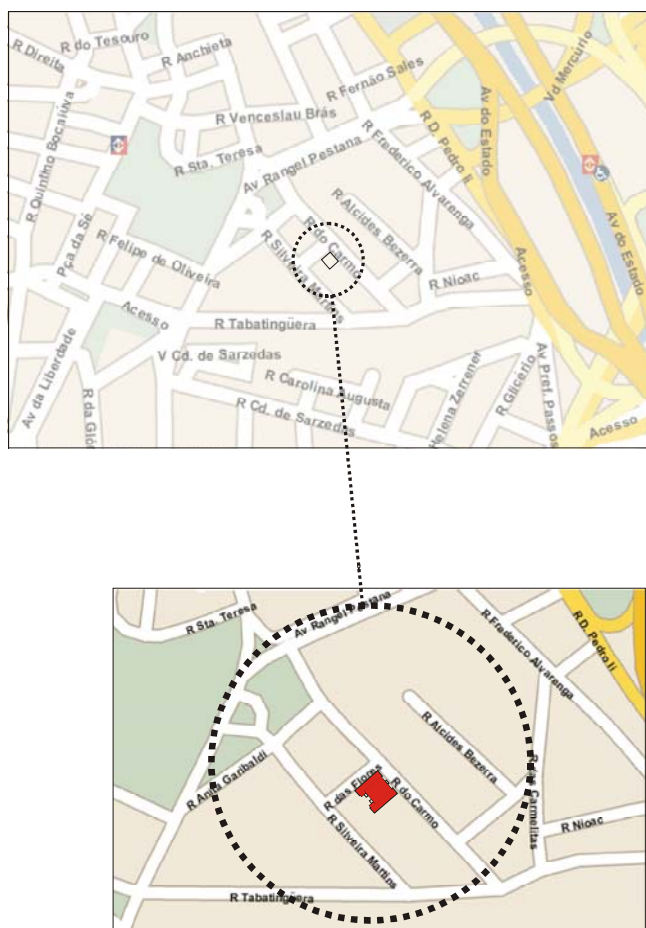
O edifício da Escola Fazendária está localizado à Rua do Carmo, 88, esquina com Rua das Flores, em São Paulo/Capital, em área envoltória de edifícios tombados pelo CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, como a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte à Rua do Carmo, 202, o Palácio da Justiça à Praça da Sé, 270, e o Quartel de II Batalhão de Guardas à Rua Frederico Alvarenga, s/nº.

Localiza-se em área urbana, na região central de São Paulo, como ilustra a Figura 2, junto à Praça da Sé, Avenida Rangel Pestana, Rua Silveira Martins, Rua Tabatingüera, Rua Frederico Alvarenga, Avenida do Estado e Parque D. Pedro, entre outras.

A região é servida por todas as facilidades de infraestrutura, como redes de água, esgotos, telefonia, e farto sistema de transporte urbano como metrô e ônibus, além de vasta infraestrutura de comércio e serviços.

O movimento de transeuntes durante o horário comercial é intenso, haja vista que o prédio está localizado defronte ao Poupatempo Sé e ao SESC Carmo.

As ruas são pavimentadas e iluminadas, entretanto, as calçadas não apresentam boas condições, impossibilitando em alguns casos a circulação de pessoas com deficiência, com autonomia e segurança.



Fonte: Maplink/TeleAtlas © 2007

Figura 2: Mapa de localização

6.2.2. Análise de Projetos

O edifício da FAZESP é composto por dois pavimentos, subsolo e sótão, em um total de 2.834,96m² de área útil, sendo que o primeiro e segundo pavimentos possuem área útil igual a 724,48m² cada, o subsolo 733,89m², e o sótão 652,11m².

O edifício foi construído em alvenaria portante, apoiada sobre sapatas corridas de pedra ou tijolos. É composto por um único volume, com frente para a rua do Carmo e para a rua das Flores, e com acesso por ambas as ruas, como mostra a Figura 3.

O edifício é simétrico em torno de um eixo, as fachadas laterais são iguais, com exceção da porta de acesso e correspondente janela existente na fachada da rua das Flores. Este acesso leva ao hall da escada principal, que vai do térreo ao sótão.

O acesso principal é feito pela rua do Carmo, que possui degraus, assim como o acesso localizado à Rua das Flores, como as demais construções da época.

O primeiro pavimento possui 5 salas de aula, 6 salas administrativas, sanitários e varandas; o segundo pavimento possui onze salas administrativas, sanitários e varandas.

O edifício possui pé direito duplo, amplos corredores, e escadarias em mármore que interligam os pavimentos, com corrimão torneado em madeira e grades em ferro trabalhado artisticamente.

É um dos melhores exemplares da arquitetura escolar da época, pois além de ser um projeto específico para aquele terreno, é um dos poucos que se inscreve no estilo “art nouveau”.

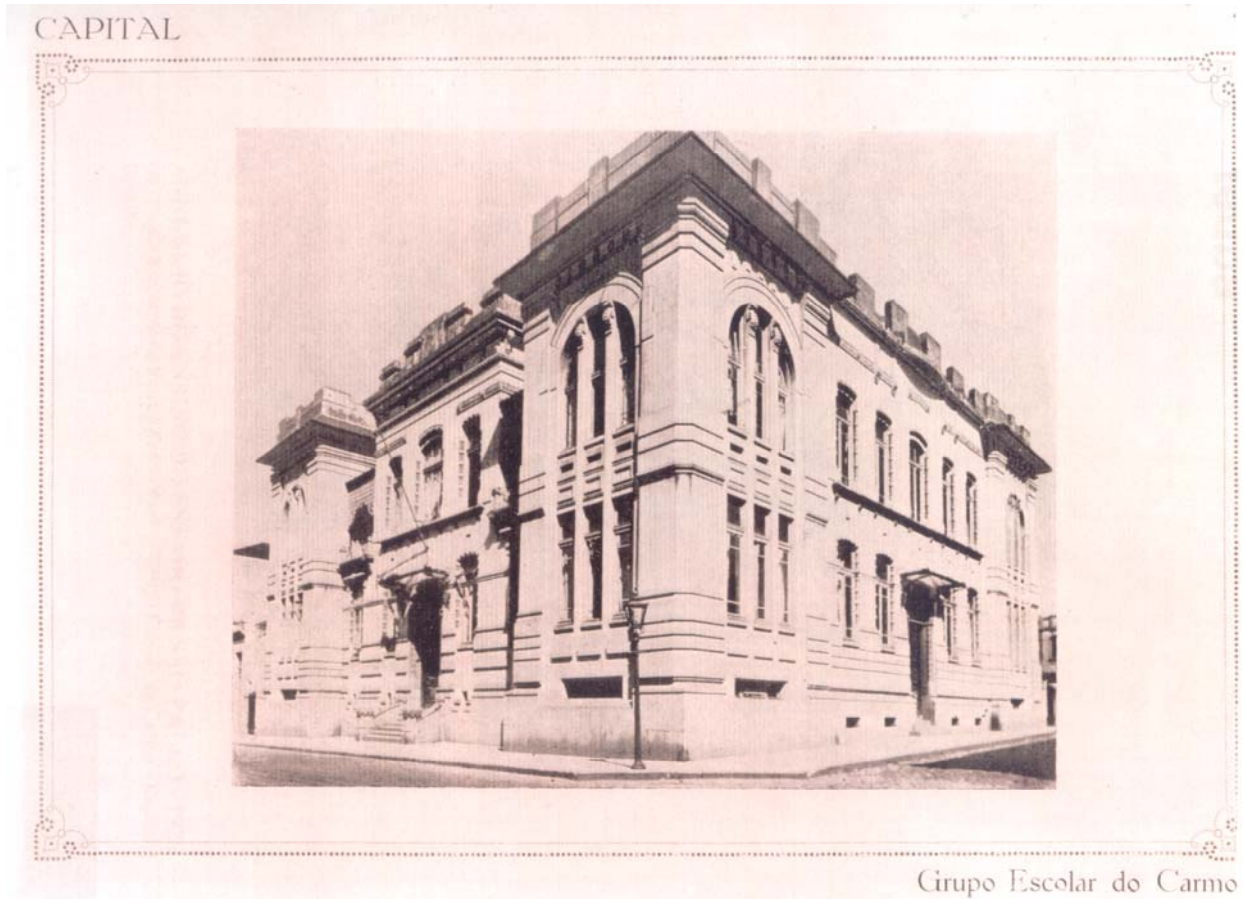
Os pisos são regulares, as salas de aula e circulações do 1º e 2º pavimentos possuem piso em assoalho de madeira; nos sanitários, terraços, varandas e circulações externas os pisos são em ladrilho hidráulico, e basalto.

A estrutura da cobertura é composta por tesouras de madeira e telhas de barro, e o forro é em madeira.

As esquadrias - portas e janelas - em madeira entalhada, possuem dimensões avantajadas e bandeiras fixas de vidro liso.

O subsolo possui onze salas que atualmente são destinadas basicamente a serviços, com sanitários, vestiários, copa, e 02 salas multi-uso. No subsolo o piso é regular,

cerâmico, o forro é em madeira, e as esquadrias são metálicas com portas tipo veneziana, janelas fixas com venezianas na parte interna, e gateiras na parte externa, no nível da rua.



Fonte: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo / 1926

Figura 3: Grupo Escolar do Carmo / 1926

Segundo Melendez (2003), o prédio da atual FAZESP constitui-se em um retrato das alterações pelas quais passou a cidade. Teve sua fase de apogeu, de declínio, e de ressurgimento.

O Projeto de restauração e reforma do edifício foi elaborado por um conceituado escritório de Arquitetura localizado em São Paulo, e foi estruturado com base nos seguintes princípios:

- ❑ identificação dos elementos originais;
- ❑ pesquisa dos problemas construtivos a corrigir;
- ❑ remoção dos acréscimos incorporados ao edifício no decorrer de sua existência.

O trabalho principal foi a retirada dos elementos que haviam sido incorporados à construção, e que a descaracterizavam. Para devolver à edificação seu caráter original, procedeu-se à recomposição de todos os elementos originais, incluindo-se os elementos decorativos que haviam sido cobertos pelas alvenarias, como é o caso dos guarda - corpos de ferro trabalhado.

Os pisos originais em ladrilho hidráulico foram recuperados e, onde não foi possível, refeitos. Os assoalhos de madeira foram substituídos, dado o estado de conservação que se apresentavam os originais.

O projeto de reforma introduziu o mínimo possível de elementos novos, entretanto, priorizou a instalação de um elevador de percurso inclinado em área externa, aos fundos da edificação, para dotar o edifício de acesso para pessoas com deficiência. Foi instalado também um elevador vertical interno, para interligar os pavimentos e possibilitar a circulação de pessoas com deficiência no interior do edifício, além da criação de sanitários adaptados no 1º e 2º pavimentos.

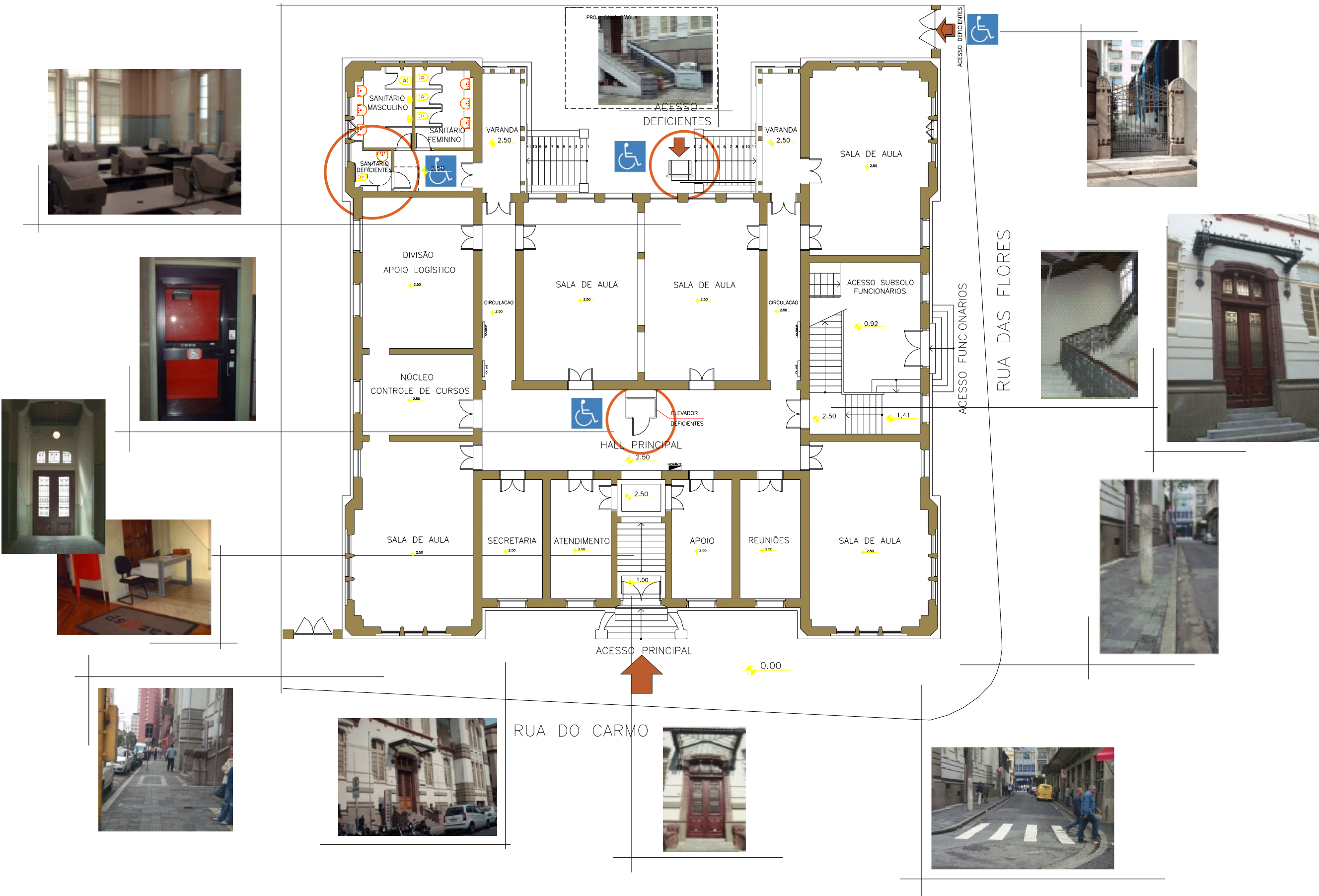
A atual ocupação exigiu redes elétricas e de dados especiais. As instalações foram executadas de forma aparente, como forma de evidenciar os elementos novos em contraponto com os elementos antigos, segundo item 1.1.a. da Instrução Normativa nº. 1 do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional que possui o seguinte texto:

...“As intervenções poderão ser promovidas através de modificações espaciais e estruturais; pela incorporação de dispositivos, sistemas e redes de informática; bem como pela utilização de ajudas técnicas e sinalizações específicas, de forma a assegurar a acessibilidade plena sempre que possível, devendo ser legíveis como adições do tempo presente, em harmonia com o conjunto”.

Segundo Vaz & Mello (2003), o projeto de reforma somente não contemplou a reconstrução das passarelas cobertas que conduziam ao pátio da escola, em virtude de uma Quadra de Esportes construída em época posterior, que é utilizada pelos funcionários da Secretaria da Fazenda..

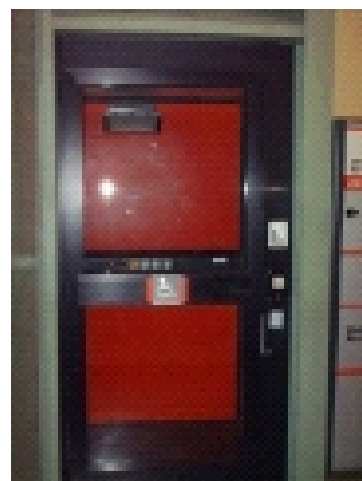
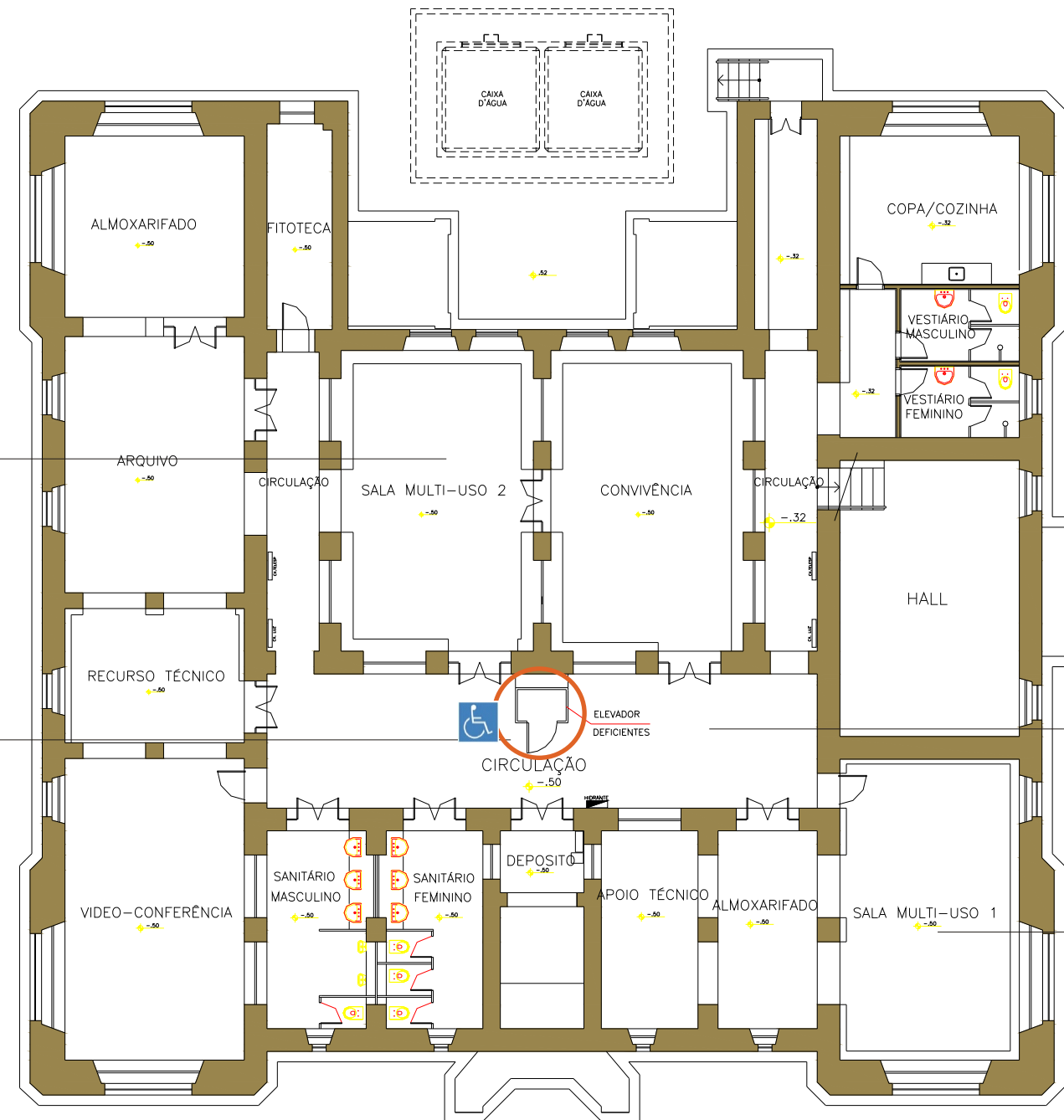
Na seqüência são apresentados os Projetos do Edifício, às Figuras 4, 5, 6 e 7, com o Levantamento Fotográfico ilustrando suas principais características:

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO E
ANÁLISE DE PROJETOS
PRIMEIRO PAVIMENTO



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
Figura 5: Planta 1o. Pavimento / Levantamento Fotográfico

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO E
ANÁLISE DE PROJETOS
SUBSOLO



6.2.3. Análise Dimensional

A análise dimensional realizada no edifício da Escola Fazendária procurou identificar quais os principais obstáculos se interpõem às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, levando em consideração não somente os aspectos levantados por ocasião das vistorias técnicas, como também os resultados obtidos através da Avaliação dos Usuários do edifício.

A avaliação foi efetuada utilizando-se um roteiro previamente estabelecido, baseado em YOUNG, 1996 apud CAMBIAGHI, 2004, descrito em detalhes no item 5. deste Estudo, e que determina que as adaptações sejam orientadas segundo as recomendações a seguir, visto que o edifício possui valor histórico relevante.

A avaliação técnico - funcional efetuada no edifício da FAZESP/Carmo gerou resultados que originaram recomendações para melhoria das condições de acessibilidade, e que são descritas a seguir.

6.2.3.1. Acessos – Vias Públicas

□ Diagnóstico

Os passeios ao redor do edifício possuem larguras variáveis. A rua do Carmo, possui largura de 3,00m e piso irregular, necessitando de reparos para possibilitar o trânsito de cadeiras de rodas até chegar ao edifício, que possui piso regular e antiderrapante em ladrilho hidráulico, como mostram as Figuras 8 e 9.



Fonte: Autora da Monografia
Figura 8: Rua do Carmo



Fonte: Autora da Monografia
Figura 9: Rua do Carmo defronte ao Edifício

À rua das Flores a dificuldade é maior, apesar de possuir o mesmo piso em ladrilho hidráulico, o passeio junto à esquina onde o edifício está localizado possui largura de 3,00m, e vai diminuindo, chegando a 1,40m no ponto onde está localizado o acesso de pessoas com deficiência, conforme Figuras 10 e 11. Observa-se ainda neste local a existência de um poste de iluminação, localizado ao longo da rua das Flores, que não impede, porém dificulta o trânsito de cadeiras de rodas no local.



Fonte: Autora da Monografia
Figura 10: Rua das Flores



Fonte: Autora da Monografia
Figura 11: Rua das Flores

Pouco mais à frente, mais próximo à rua Silveira Martins há outro poste de iluminação. Diferentemente do anterior, este se apresenta como um obstáculo à circulação de cadeiras de rodas, pois limita o espaço livre a 75cm de largura.

Observa-se ainda que da avenida Rangel Pestana rumo ao edifício, o “calçadão” existente, em mosaico português, é irregular, o que faz dificultar o trânsito de pessoas com deficiência, especialmente em cadeira de rodas, como mostram as figuras 12 e 13.



Fonte: Autora da monografia
Figura 12: Avenida Rangel Pestana



Fonte: Autora da monografia
Figura 13: Calçadão rumo ao Edifício FAZESP



Fonte: Autora da Monografia
Figura 14: Rua Silveira Martins.

À Rua Silveira Martins a circulação de indivíduos em cadeiras de rodas é impraticável, como mostra a Figura 14, assim como de indivíduos usuários de bengalas, muletas, andadores e outros, dadas as condições em que se encontram os passeios naquele local.

Além dessas dificuldades, na calçada do edifício não há piso tátil, nem guias rebaixadas junto à esquina, para possibilitar a travessia de pessoas em cadeira de rodas que porventura cheguem ao local por meio de transporte público.

Junto ao acesso de pessoas com deficiência também não há guia rebaixada.

❑ **Recomendações**

Para uma melhor adequação à acessibilidade recomenda-se a instalação de piso tátil de alerta junto aos degraus externos, para orientação às pessoas com deficiência visual.

Recomenda-se ainda uma consulta à Subprefeitura local e à Empresa Municipal de Urbanização - EMURB para verificar a possibilidade de se executar o rebaixamento da guia junto à travessia de pedestres, para possibilitar a circulação de pessoas com cadeira de rodas, andadores e outros no local.

6.2.3.2. Acesso ao Edifício

❑ **Diagnóstico**

O edifício possui quatro acessos, sendo dois à Rua do Carmo e dois à Rua das Flores.

À rua do Carmo está localizado o acesso principal, externo, com largura de 2,00m na menor dimensão, onde existem 8 degraus em um desnível de 1,00m, como mostra a Figura 15. Neste nível observa-se a porta de entrada, em madeira trabalhada, com largura de 1,90m, em duas folhas. Passando por esta porta, um patamar interno, de 1,35x2,40m, e outro desnível, desta vez de 1,50m, que é vencido através de 9 degraus, com largura de 2,40m, desprovido de corrimãos, e que levam ao hall principal do edifício, onde está localizada a Recepção.

Ainda à rua do Carmo pode-se observar outro acesso, ao nível da rua, que leva aos fundos do edifício através de um corredor externo, provido de portão, com largura de 1,95m, que pode ser observado à Figura 16.



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Figura 15: Acesso Principal
- Rua do Carmo / 2002



Fonte: Autora da Monografia

Figura 16: Vista interna do Acesso pela
Rua do Carmo

À rua das Flores há também um acesso, assim como o acesso principal, como pode-se observar à Figura 17, com 5 degraus em um desnível de 0,92m, uma porta de entrada em madeira trabalhada, com 1,80m de largura em duas folhas, que leva ao hall onde está localizada uma escadaria em mármore. Esta escada é provida de corrimão em madeira torneada e grade de ferro trabalhado artisticamente, no lado oposto à parede.

A partir deste hall pode-se chegar ao hall principal do edifício.

À rua das Flores há também um acesso ao nível da rua, com largura de 1,95m, com portão de ferro, que leva aos fundos da edificação pela área externa, sendo este o acesso de pessoas com deficiência, conforme Figura 18.



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
Figura 17: Acesso localizado à Rua das Flores



Fonte: Autora da Monografia
Figura 18: Acesso de pessoas com deficiência

A partir do acesso de pessoas com deficiência, percorrendo-se um percurso de aproximadamente 19,00m, chega-se aos fundos do edifício. Neste local está instalado um elevador de percurso inclinado junto à escada, ao lado esquerdo, como mostram as Figuras 19 e 20.



Fonte: Autora da Monografia
Figura 19: Vista interna do acesso de pessoas com deficiência



Fonte: Autora da Monografia
Figura 20: Elevador de percurso inclinado

As escadas possuem largura total de 2,40m. A escada onde está instalado o elevador possui largura livre de 1,10m, face à existência do mesmo.

O deslocamento de uma cadeira de rodas nesta área é facilitado, visto que o piso cimentado apresenta boas condições.

Ao utilizar este elevador, que vence um desnível de 1,80m com 10 degraus, chega-se finalmente a uma das varandas do edifício. Atravessando uma porta em madeira trabalhada, com duas folhas e 1,20m de largura, tem-se acesso a um dos corredores laterais, que possui largura de 1,65m, e que leva ao hall principal no primeiro pavimento.

Ao analisar o acesso de pessoas com deficiência pela rua das Flores, verifica-se que este não possui sinalização informativa, assim como não possui nenhum sistema de comunicação com a recepção à rua do Carmo.

Observa-se ainda que como não há vigilantes junto ao acesso de pessoas com deficiência, uma pessoa que deseje adentrar ao edifício, não tem como comunicar-se com a Recepção para solicitar a abertura do portão, ou mesmo a ajuda para utilizar o elevador de percurso inclinado.

Outra dificuldade encontrada é a de que para proteger o equipamento, que permanece exposto ao tempo, este é mantido coberto por uma capa apropriada, que também obriga o usuário a solicitar ajuda de terceiros para utilizar o equipamento.

Entretanto este pode ser considerado um mal necessário, visto que o equipamento ao tempo pode sofrer avarias com mais facilidade.

Salienta-se ainda que em nenhum dos locais se observa a existência de piso tátil de alerta, assim como corrimãos, visto que o que existe nas escadas são guarda-corpos em alvenaria, em lugar de corrimãos. Entretanto estes são baixos, e dificultam sua utilização por pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência visual.

❑ Recomendações

Neste caso a principal medida a ser tomada para possibilitar o acesso de pessoas com deficiência ao edifício, é dotá-lo de sinalização informativa e indicativa de rota acessível.

Deverá ser instalado junto ao acesso de pessoas com deficiência, e junto ao acesso principal, pela área externa, o Símbolo Internacional de Acesso/SIA. Ver item 6.2.3.7. específico.

É importante ainda, dotar o acesso de pessoas com deficiência de dispositivo para comunicação com a Recepção localizada à rua do Carmo, através da instalação de campainha ou interfone, que possibilite a comunicação com um funcionário para solicitar ajuda e para que este tome as providências para a abertura do portão e para auxílio na utilização do elevador externo.

Para as pessoas com deficiência visual recomenda-se a colocação de piso tátil junto às escadas, e sinalização tátil nos corrimãos a serem instalados.

6.2.3.3. Estacionamento

□ Diagnóstico

O edifício não dispõe de área para estacionamento de veículos, visto que os acessos externos possuem largura de 1,95m, inferior ao necessário para o trânsito de veículos.

Na rua das Flores, local onde se encontra o acesso de pessoas com deficiência, a via é estreita, e o estacionamento proibido dos dois lados.

A rua do Carmo possui calçada irregular. Defronte ao edifício, nesta rua, há um ponto de taxi.

O trânsito local, por se constituir em rota obrigatória a quem entra à rua do Carmo motorizado, é relativamente intenso, visto que a partir desta, os veículos são obrigados a passar pela rua das Flores e rua Silveira Martins, para poder acessar à rua Tabatingüera, onde poderão encontrar acessos diversos a diversas localidades.

Também é importante ressaltar que o edifício está localizado nas proximidades de dois polos geradores de tráfego, de pessoas e de veículos, que são o SESC/Carmo e o Poupatempo do Governo do Estado de São Paulo, que recebe diariamente milhares de pessoas.

Existem estacionamentos à rua do Carmo, mas as condições dos passeios dificultam sua utilização com autonomia, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, especialmente pessoas em cadeira de rodas, a não ser que sejam guiadas por um acompanhante.

❑ **Recomendações**

Neste caso, a recomendação é de que sejam feitas consultas aos órgãos responsáveis pela urbanização e pelo tráfego local, como Companhia Municipal de Urbanização – EMURB, Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, e Subprefeitura local, para que estudem a possibilidade de construir ou melhorar as condições existentes, de guias rebaixadas, travessias de pedestres ou faixas elevadas, e vagas “paire” (vagas para veículos de pessoas com deficiência) nas proximidades de um dos acessos do edifício, que estejam de acordo com as Especificações da Norma NBR 9050/2004, no que diz respeito aos itens 6.10.8. a 6.12. .

6.2.3.4. Pisos

❑ **Diagnóstico**

Os pisos externos nos limites do edifício são cimentados, regulares e antiderrapantes, não impondo dificuldades às pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção.

Os pisos no interior da edificação são regulares, e em grande parte de madeira, nos halls, nas salas de aula e nas salas administrativas do primeiro e segundo pavimentos.

Os sanitários possuem piso em basalto polido, e as varandas em ladrilho hidráulico liso, com acabamento decorado. No subsolo o piso é cerâmico esmaltado e antiderrapante.

A passagem entre um ambiente e outro não apresenta desníveis superiores a 5mm, como determina o item 6.1.4. da NBR 9050/2004. O que se observa em alguns locais é a existência de tapetes do tipo “capacho”, especialmente nos acessos que interligam com as áreas externas, como mostra a Figura 21, que dificultam a circulação de pessoas com mobilidade reduzida, e que podem colocar em risco as pessoas em geral, impossibilitando a circulação de cadeiras de rodas.



Fonte: Autora da Monografia

Figura 21: Vista da entrada aos fundos do Edifício - capacho

❑ Recomendações

Neste caso, recomenda-se a substituição dos capachos por tapetes com espessura de até 5mm, como forma de evitar acidentes e possibilitar o trânsito de cadeiras de rodas no local, conforme item 6.1.7. da NBR 9050/2004. A Norma também prevê que sejam executados rebaixos no piso para a colocação desses capachos, que, no caso em questão não se aplica.

Os pisos polidos não são recomendados, segundo a NBR 9050/2004, item 6.1.1.

6.2.3.5. Equipamentos Eletromecânicos

➤ Elevador Vertical de Pessoas com Deficiência

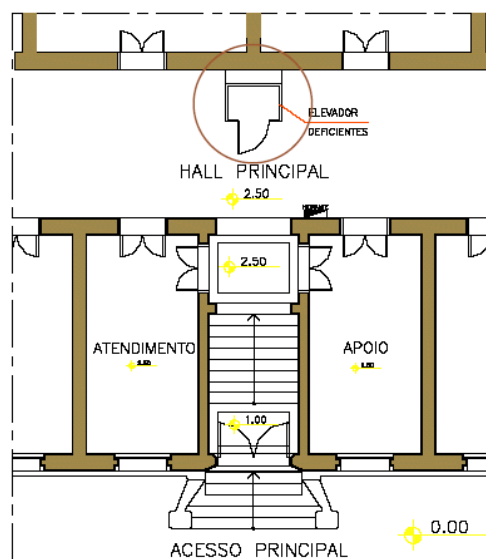
❑ Diagnóstico

No hall principal do edifício encontra-se instalado um elevador de percurso vertical para uso de pessoas com deficiência, como mostram as Figuras 22 e 23.



Fonte: Autora da Monografia

Figura 22: Elevador acessível-de percurso vertical



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Figura 23: Localização do elevador acessível de percurso vertical

O equipamento é de procedência italiana, atende aos requisitos das Normas Européias, e foi instalado por ocasião das obras de restauração e reforma do edifício em 2002.

Possui cabina com dimensões 1400x1000x2000mm, portas, proteções e estruturas autoportantes, carga útil de 300Kg, permite o transporte para um percurso de 10m, podendo chegar a 12m. Sua velocidade pode chegar a 0,13 m/s.

Possui botões de acionamento contínuo iluminados por led; a bordo possui botões de subida e descida, e controle de chamada nos pavimentos; controles do painel com chaves removíveis. O equipamento funciona somente quando as portas estiverem fechadas.

É dotado de dispositivos de segurança elétricos, mecânicos e hidráulicos.

Possui portas com molduras de alumínio e vidro temperado; o interior do elevador possui piso antiderrapante, é dotado de botoeiras localizadas aos fundos da cabina, à altura de 1,00m em relação ao piso, com sinalização visual e em Braille.

Está instalado envolto a uma estrutura metálica, com fechamento em chapa de aço perfurada, e interliga os pavimentos subsolo, primeiro e segundo.

Não possui sinalização tátil de piso em sua área externa.

A área de manobras existente à frente do elevador é livre e suficientemente dimensionada, visto que o mesmo está localizado no hall principal do edifício.

Externamente o elevador possui sinalização com o Símbolo Internacional de Acesso/SIA, e o acionamento externo localiza-se à altura de 1,00m do piso.

❑ **Recomendações**

A instalação do elevador vertical foi feita com base no projeto de restauração e reforma do edifício. Está instalado em local acessível, tendo à sua frente uma área livre de obstáculos, como prevê a Resolução CPA/SEHAB-G/010/2003.

Apesar de atender aos requisitos das Normas Européias, o equipamento deve possuir alvará de funcionamento expedido pelo CONTRU, que é o órgão municipal que fiscaliza a instalação e a manutenção deste tipo de equipamento.

Atende às necessidades dos usuários, e é utilizado normalmente por pessoas com mobilidade reduzida, entretanto recomenda-se a instalação de sinalização tátil de piso defronte a seu acesso.

Uma observação importante a ser feita é a de que se o elevador fosse de procedência nacional, certamente haveria menos dificuldade para a realização de serviços de manutenção e para a substituição de componentes, assim como o preço do equipamento seria mais acessível.

Para a instalação de elevadores acessíveis devem ser observadas as diretrizes constantes da NBR 9050/2004 e 12.892 da ABNT, e da Resolução CPA/SEHAB-G/010/2003.

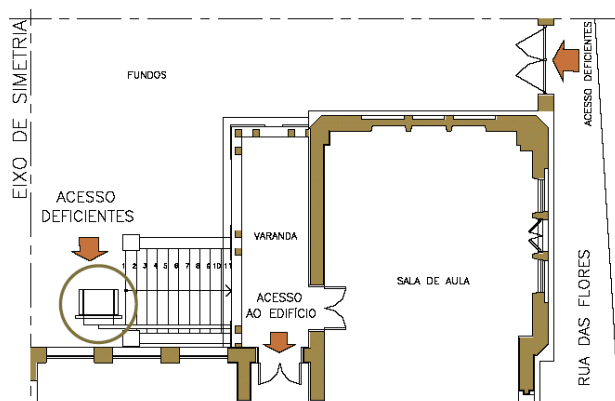
Também deve ser consultada a NBR 13994/2.000 quando se referir à adequação de elevadores de passageiros para o transporte de pessoas com deficiência.

➤ Elevador de Percurso Inclinado

□ Diagnóstico

Assim como o elevador de percurso vertical, o elevador de percurso inclinado é de procedência italiana, atende às Normas Européias e também foi instalado por ocasião das obras de restauração e reforma do edifício em 2002, para vencer um desnível de 1,80m em rampa.

O equipamento interliga o pátio externo aos fundos do edifício a uma das varandas, possibilitando o acesso de pessoas com deficiência ao local, como se pode observar às Figuras 24 e 25.



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Figura 24: Localização do elevador de percurso inclinado



Fonte: Autora da Monografia

Figura 25: Elevador de percurso inclinado

O modelo possui acionamento contínuo, protegido contra acionamento acidental; a bordo possui controle remoto para o acompanhante, comando de subida/descida e chave removível.

Atinge a velocidade de 0,07m/s e permite a realização de manobras manuais ao acompanhante, ou pela pessoa transportada em casos de emergência.

Possui trilho duplo, freio eletromecânico para manobras manuais em caso de falta de energia elétrica.

A plataforma, de dimensões 830x700mm possui fechamento manual com controle pneumático.

Possui sistema antiquedas mecânico com redução progressiva, controlado por microinterruptor de segurança, com contato de conexão. Seu acionamento é feito por um limitador de velocidade.

O equipamento apresenta controles com tensão muito baixa; sistema antiquedas; barras de proteção (automáticas e bloqueadas mecanicamente durante o percurso); abas motorizadas para autonivelção com os pavimentos, e bloqueadas mecanicamente durante o percurso, para a contenção da cadeira de rodas; manete fixo de sustentação; interruptor de emergência localizado sobre o painel de comandos para o reacionamento manual; e dispositivo elétrico de segurança para fim de curso, assim como chave de fim de curso.

É equipado para minimizar riscos de danos devido a esmagamento, choque e colisão.

Possibilita a utilização concomitante da escada onde encontra-se instalado.

Em vistoria realizada no local foi informado por uma funcionária que este equipamento não tem sido utilizado, assim como não foi utilizado desde sua instalação, pois não é comum a utilização do edifício por pessoas com deficiência.

Atualmente o equipamento encontra-se parado, visto que por ocasião da realização de serviços de manutenção preventiva, detectou-se uma falha em uma das peças, e a FAZESP está tomando providências para a solução do problema, junto à empresa que presta serviços de manutenção do aparelho.

❑ **Recomendações**

O equipamento citado não se constitui na melhor solução à acessibilidade, pois não proporciona autonomia e independência, como requer a Resolução CPA/SEHAB –

G/006/2002, em virtude de o usuário necessitar de um acompanhante para utilizar o mesmo.

Entretanto, atende a uma necessidade precípua que é a de prover o acesso a pessoas com deficiência ao local, usuárias de cadeira de rodas, possibilitando seu transporte.

Como o equipamento não está funcionando atualmente, segundo informações obtidas no local, recomenda-se o retorno deste a sua condição normal, visto que o acesso de pessoas com deficiência ao edifício depende exclusivamente de seu perfeito funcionamento.

Neste caso fica evidente a preferência por equipamentos de procedência nacional, especialmente para esta finalidade, pois facilitam a realização de serviços de manutenção, e a substituição de componentes torna-se mais ágil, além de possuírem preço mais acessível.

Recomenda-se ainda providenciar sua projeção no piso, que consiste em uma demarcação como forma de sinalizar a existência do equipamento naquele local, quando este estiver em funcionamento.

Outra recomendação que deve ser considerada é a de que seja avaliada a possibilidade de instalação de uma rampa metálica aos fundos do edifício, junto a uma das escadas, para melhorar o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e como forma de possibilitar maior autonomia, segurança e independência a esses usuários.

Assim como o elevador de pessoas com deficiência – vertical – o elevador de percurso inclinado também deve possuir alvará de funcionamento expedido pelo CONTRU, que também fiscaliza a instalação e a manutenção deste tipo de equipamento.

Para a instalação destes equipamentos devem ser seguidas as diretrizes da Norma ISO 9386-2 e da Resolução CPA/SEHAB – G/006/2002.

6.2.3.6. Rampas e Corrimãos

□ Diagnóstico

O edifício não possui rampas. Todos os acessos possuem degraus, e o acesso ao edifício por pessoas com deficiência deve ser feito exclusivamente através do elevador de percurso inclinado. As circulações internas em cada pavimento são em nível, a partir do elevador vertical de pessoas com deficiência, que se localiza no hall principal.

Nos dois acessos principais, tanto da rua do Carmo como da rua das Flores não há corrimãos adaptados. O que existem são guarda-corpos nas laterais das escadas, em alvenaria, assim como no acesso pelas duas escadas aos fundos do edifício, onde encontra-se instalado o elevador de percurso inclinado.

A escada localizada junto ao acesso principal à rua do Carmo, que leva ao hall principal também não possui corrimãos, como mostra a Figura 26.

A escadaria interna que interliga o hall da rua das Flores ao primeiro e segundo pavimentos - ver Figuras 27 e 28 - possui largura de 1,60m na menor dimensão, e corrimão artístico em um dos lados, torneado em madeira, com grades em ferro trabalhado, originais da época da construção do edifício.



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Figura 26: Vista interna do acesso principal



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Figura 27: Escadaria que interliga o hall da Rua das Flores ao primeiro e segundo pavimentos



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Figura 28: Início da escadaria junto ao hall da Rua das Flores

❑ Recomendações

Para possibilitar melhores condições de uso do edifício por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida recomenda-se a instalação de dois corrimãos, um de cada lado das escadas externas, que dão acesso ao edifício, exceto a escada onde está instalado o elevador de percurso inclinado, que deverá receber apenas um corrimão.

Também na escada interna que dá acesso ao hall principal à rua do Carmo é necessária a instalação de dois corrimãos, um de cada lado, junto à parede (Figura 26).

Na escadaria interna, recomenda-se a instalação de um corrimão junto à parede, em toda extensão da escada (Figura 27).

Este corrimão proporcionará um efeito contrastante em relação ao corrimão existente, apontando para o “novo” em contraponto com o “antigo”, que não deverá ser modificado, para que seja preservada sua configuração original.

Como o edifício possui elevador para pessoas com deficiência, recomenda-se ainda que o mesmo seja disponibilizado também às pessoas com mobilidade reduzida, que se sentirem inseguras ao utilizar as escadas, a fim de facilitar-lhes a circulação por entre os pavimentos.

A instalação dos corrimãos deverá obedecer as diretrizes constantes do item 6.7. da NBR 9050/2004.

6.2.3.7. Comunicação e Sinalização

□ Diagnóstico

Ao analisar os quatro acessos do edifício, tanto os localizados à rua do Carmo, como à rua das Flores, observa-se que não há sinalização informativa de acesso adaptado a pessoas com deficiência.

Não há na rua do Carmo, sinalização indicativa de rota acessível, assim como não há sinalização no acesso de pessoas com deficiência .

Isto significa que um indivíduo que estiver transitando por qualquer uma das ruas, não perceberá que o edifício é adaptado para receber indivíduos com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Internamente também não se verifica sinalização indicativa da rota de acesso ao sanitário de pessoas com deficiência.

O Símbolo Internacional de Acesso/SIA está presente somente em três situações: nos dois elevadores, e na porta dos sanitários de pessoas com deficiência.

□ Recomendações

Neste caso recomenda-se sinalizar o acesso de pessoas com deficiência com o pictograma do Símbolo Internacional de Acesso/SIA, de acordo com uma das alternativas apresentadas à Figura 29, com o objetivo de informar que o edifício é adaptado.

Também nos demais acessos recomenda-se a instalação de sinalização direcional, como previsto no item 5.4.1.3. da NBR 9050/2004, a fim de direcionar os indivíduos com deficiência.

Internamente recomenda-se sinalizar a rota de acesso ao sanitário acessível com o pictograma do Símbolo internacional de Acesso, assim como instalar setas indicativas em pontos estratégicos.

Os símbolos utilizados deverão ser posicionadas à altura de 1,60 em sua face superior. em relação ao piso.



Fonte: NBR 9050/2004 – ABNT

Figura 29: Pictograma do Símbolo Internacional de Acesso - SIA

6.2.3.8. Informação Tátil

□ Diagnóstico

Todas as placas indicativas de direção, de identificação de salas, e de componentes são visuais. Uma pessoa com deficiência visual encontraria dificuldades tanto para adentrar ao edifício, como para deslocar-se em seu interior.

Observa-se sinalização tátil somente nos elevadores acessíveis.

□ Recomendações

Recomenda-se a implantação de mapa em Braille para auxiliar as pessoas com deficiência visual em seus deslocamentos no interior do edifício.

Na porta das salas também deve ser instalada informação em Braille a uma distância de 15cm do batente (próximo à fechadura) e à altura entre 0,90 a 1,10m em relação ao piso, para facilitar sua identificação por pessoas com deficiência visual.

Também é necessário prover informação tátil de alerta no piso em todas as situações que envolvam mudanças de nível, como escadas, degraus, desníveis, assim como nos corrimãos que venham a ser instalados e defronte ao elevador vertical.

Todo objeto ou equipamento suspenso, ou que tenha volume maior em sua parte superior do que na base, deverá possuir sinalização tátil de piso, obedecendo o disposto no item 5.14.1.2. da NBR 9050/2004 da ABNT.

6.2.3.9. Placas Informativas

□ Diagnóstico

No interior do edifício estão distribuídos totens e placas fixadas às paredes, com indicação das direções em que se encontram as salas. Cada sala possui sua placa de identificação visual à porta, à altura de 1,50m, como mostram as Figuras 30 e 31, que corresponde ao especificado no item 5.10. da Norma.

As placas fixadas às paredes estão posicionadas à altura média de 1,20m do eixo da mesma em relação ao piso, variando em razão do tamanho das placas.



Fonte: Autora da Monografia
Figura 30: Totem



Fonte: Autora da Monografia
Figura 31: Placas Informativas

Não foram identificadas placas informativas obstruindo ou mesmo interrompendo quaisquer das circulações. As placas existentes possuem cores contrastantes e permitem fácil visualização, não possuem sinalização em Braille, e estão em número inferior ao necessário, como apontado pelos usuários do edifício.

❑ **Recomendações**

Recomenda-se o aumento do número de placas e setas indicativas para prover maior facilidade aos usuários em geral, especialmente àqueles que utilizam o edifício pela primeira vez, além da sinalização em Braille.

As sinalizações verticais devem estar de acordo com os itens 5.8., 5.9. e 5.10. da NBR 9050/2004, obedecendo aos seguintes critérios, :

Informação visual - de 1,40m a 1,60m em relação ao piso, sendo 1,60m a altura máxima da face superior;

Escrita em Braille – de 0,90 a 1,10m em relação ao piso

6.2.3.10. Indicação de Facilidades para Pessoas com Deficiência

❑ **Diagnóstico**

Como citado anteriormente, apesar de o edifício possuir elementos que promovem acessibilidade, estes não estão sinalizados adequadamente.

As facilidades que o edifício apresenta às pessoas com deficiência são basicamente os elevadores e os sanitários adaptados. Todos estão sinalizados porém, as placas dos sanitários devem ser reposicionadas conforme o item 6.2.3.11. deste Estudo .

❑ **Recomendações**

Como indicação das facilidades existentes no edifício, recomenda-se prover sinalização junto às fachadas, especialmente no acesso de pessoas com deficiência, com o Símbolo Internacional de Acesso/SIA, como forma de comunicar que o edifício é dotado de acesso adaptado, assim como sinalização direcional junto ao acesso principal à rua do Carmo, como forma de direcionar os indivíduos com deficiência à rota acessível.

Internamente recomenda-se sinalizar a rota de acesso ao sanitário de pessoas com deficiência com o pictograma do Símbolo internacional de Acesso, e setas indicativas de direção em pontos estratégicos, de acordo com o item 5. da NBR9050/ABNT.

6.2.3.11. Sanitários

□ Diagnóstico

No primeiro e segundo pavimentos há um sanitário unissex para uso de pessoas com deficiência. Neste foram encontrados alguns problemas que podem ser corrigidos a fim de proporcionar melhores condições de conforto a esses usuários, e outros provenientes do projeto de reforma, que não considerou alguns requisitos mínimos estabelecido na NBR 9050/2004, face à configuração do projeto original.

Defronte dos acessos aos sanitários de pessoas com deficiência (ante-câmaras) há um anteparo vertical móvel, em chapa metálica, utilizado para oferecer maior privacidade aos usuários dos demais sanitários. Este anteparo cumpre com sua função e não interfere com o espaço de manobras de uma cadeira de rodas, que necessita de uma área de 1,20x1,20m livre de obstáculos, para que se possa efetuar um giro de 90° , conforme previsto na Norma.

Os pisos das ante-câmaras e dos sanitários são em basalto polido, sem tratamento antiderrapante.

Internamente, lateral à bacia sanitária o espaço existente permite a aproximação da cadeira de rodas, e a transferência do indivíduo em cadeira de rodas é feita pela diagonal. A porta do sanitário abre para o lado de fora, entretanto não possui elemento que facilite seu fechamento, como por exemplo a barra horizontal.

A bacia sanitária está posicionada à altura de 46cm sem o assento, quando a altura recomendada pela NBR 9050/2004 é de 46cm com o assento.

A barra de apoio lateral apresenta algumas não - conformidades como por exemplo a forma e a fixação, que não oferecem segurança ao usuário.

O lavatório possui coluna, que impede a aproximação de uma cadeira de rodas, e não possui barra de apoio.

A saboneteira está posicionada à altura de 1,25m (eixo), e o toalheiro a altura de 1,55m em relação ao piso, superior à altura recomendada pela Norma, que é 1,20m.

O posicionamento da papeleira, face à configuração do sanitário, não é adequado. Neste caso, recomenda-se uma solução alternativa, descrita a seguir junto às demais Recomendações.

O interruptor está posicionado à altura de 1,26m do piso, e não foi identificado nenhum sistema de comunicação para solicitação de ajuda.

Não há espelho no local, e o pictograma localizado à porta dos sanitários possuem altura de 1,67 do eixo a piso, quando a Norma especifica o máximo de 1,60 em sua face superior.



Fonte: Autora da Monografia

Figura 32: Sanitário de pessoas com deficiência
barra de apoio incorreta



Fonte: Autora da Monografia

Figura 33: Lavatório com coluna, e altura incorreta
da saboneteira



Fonte: Autora da Monografia

Figura 34: Bacia sanitária com altura incorreta

❑ Recomendações

Todas as diretrizes relacionadas aos sanitários de pessoas com deficiência encontram-se descritas no item 7. da NBR 9050/2004.

Os pisos das ante-câmaras e dos sanitários, em basalto polido, por tratar-se de um edifício de valor histórico, não poderão ser substituídos, entretanto, deverão receber tratamento com produtos que os tornem antiderrapantes, como por exemplo, a aplicação de resinas ou adesivos antiderrapantes.

O dimensionamento do sanitário de pessoas com deficiência atende à Norma, que é de no mínimo 1,50x1,70m, e permite a transferência em diagonal, porém, algumas recomendações poderão contribuir para melhorar as condições de uso do mesmo, quais sejam:

Correção da altura da bacia sanitária, para que esta atinja a altura de 46cm com o assento. A barra de apoio lateral deve apresentar configuração correspondente à prevista na Norma, observando-se o posicionamento e a fixação, a fim de proporcionar segurança ao usuário.

O lavatório, para adequar-se ao uso de pessoas em cadeira de rodas e para atender à Norma deve ser substituído por um modelo com coluna suspensa, assim como deve ser instalada a barra de apoio contínua ao seu redor.

A faixa de alcance de um usuário de cadeira de rodas está entre 0,80m a

1,20m em relação ao piso. Para tanto recomenda-se a recolocação dos acessórios como saboneteira e toalheiro à altura de 1,00m, a fim de lhe proporcionar maior conforto.

Como não é possível a instalação da papeleira de acordo com a Norma, recomenda-se uma solução alternativa, que é a instalação à mesma altura em que está instalada atualmente, a uma altura de aproximadamente 1,00m em relação ao piso, porém, ao lado da bacia sanitária, sobre a barra de apoio.

Como foi verificado que o sanitário não apresenta sistema de comunicação, recomenda-se a instalação de interfone na face lateral à bacia sanitária, ao alcance do braço de um usuário em cadeira de rodas, à altura de 1,00m. Também o interruptor do sanitário deve ser reinstalado a essa altura.

É recomendável ainda a colocação de espelho, seguindo as alturas previstas na Norma, que são mínimo de 90cm em relação ao piso quando este for instalado em posição vertical, ou de 1,10m quando este for instalado com inclinação de 10° em relação ao plano vertical da parede.

A sinalização existente na porta do sanitário deve ser substituída e deverá conter as informações constantes do modelo apresentado à Figura 35, devendo ser instalada à altura máxima de 1,60 em sua face superior, conforme item 5.4.4.2. da NBR/9050 da ABNT.



Fonte: NBR 9050/2004 – ABNT

Figura 35: Pictograma para porta de sanitário unissex acessível

Recomenda-se ainda a colocação de sinalização tátil, que pode ser através de texto em relevo ou Braille, nos batentes ou à parede adjacente, ao lado da maçaneta, à altura entre 0,90 a 1,10m do piso, para identificação às pessoas com deficiência visual, conforme item 5.10. na Norma.

Como a porta do sanitário de pessoas com deficiência possui abertura para a área externa, deve ser instalada uma barra horizontal associada à maçaneta na face interna, à altura de 0,80m em relação ao piso, para facilitar o fechamento por pessoas em cadeira de rodas.

Também é conveniente a colocação de uma chapa metálica resistente a impactos, com 40cm instalada na base da folha da porta, pelos dois lados.

6.2.3.12. Métodos Alternativos de Acessibilidade

□ Diagnóstico

Não foram identificados métodos alternativos de acessibilidade no edifício.

□ Recomendações

Como recomendação é válido manter em disponibilidade uma cadeira de rodas para auxiliar pessoas idosas ou usuários de muletas, andadores ou próteses em seus deslocamentos no interior do edifício.

6.2.3.13. Outros

➤ Portas

□ Diagnóstico

Em vistoria realizada no local verificou-se que as portas das salas de aula e salas em geral, exceto as externas, originais ou reproduzidas de acordo com as originais provenientes da época da construção do edifício, constituem-se em obstáculos às pessoas com deficiência.



Fonte: Autora da Monografia
Figura 36: Vista de uma porta interna em madeira

As portas possuem largura de 1,20m e a abertura faz-se por somente uma folha, o que proporciona um vão livre de 0,60m, insuficiente à circulação de uma cadeira de rodas, como se pode observar à Figura 36, e insuficiente em relação ao item 6.9. da NBR 9050/2004, que prevê o mínimo de 0,80m livre.

As maçanetas das portas do primeiro e segundo pavimentos são do tipo “bola”, instaladas por ocasião da reforma do edifício, visto que as originais foram danificadas. Este modelo de maçaneta não corresponde ao modelo especificado na mesma Norma. No subsolo há maçanetas tipo “alavanca”.

❑ Recomendações

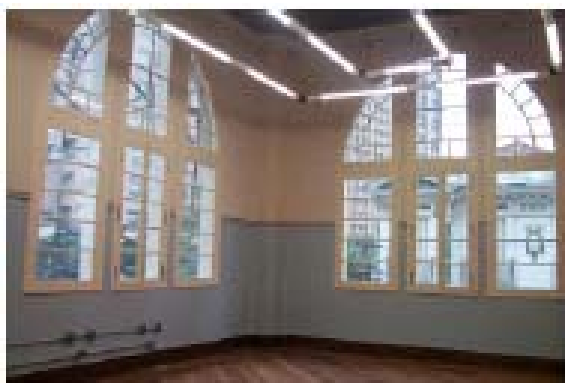
Como o edifício encontra-se sob Processo de Tombamento, e as portas são elementos que fazem parte do edifício desde sua construção, portanto não passíveis de alterações ou substituições, recomenda-se que, quando abertas as portas internas, sejam abertas integralmente, a fim de proporcionar um vão livre de 1,20, suficiente à circulação de cadeiras de rodas, como pode-se observar no item 6.9. da NBR 9050/2004.

Quanto às maçanetas do tipo “bola”, recomenda-se a substituição pelo modelo “alavanca”.

➤ Janelas

❑ Diagnóstico

Assim como as portas, as janelas são originais do prédio, e não se apresentam de acordo com a Norma, como se pode observar às Figuras 37 e 38.



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Figura 37: Sala administrativa no 2º pavimento



Fonte: Autora da Monografia

Figura 38: Sala de aula no 1º pavimento

❑ Recomendações

Sem recomendações.

➤ Mobiliário

❑ Diagnóstico

No edifício foi identificado o seguinte mobiliário: bebedouros, telefone, mesas de trabalho e mesa da Recepção.

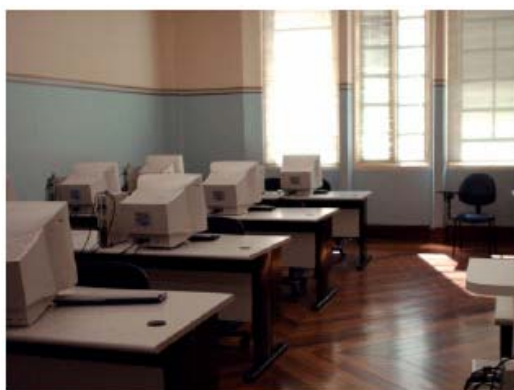
Os bebedouros localizados na ante – câmara, junto aos sanitários são do tipo comum, metálicos, com altura padrão, e corpo inteiriço, que vai do piso à parte superior onde se localiza a bica, o que impede a aproximação de uma cadeira de rodas.

O telefone disponibilizado aos visitantes é do tipo comum, e encontra-se instalado sobre uma mesa localizada no hall principal.

As mesas de trabalho estão localizadas nas salas de aula e salas administrativas, e possuem altura padrão de mercado, ou seja 0,73m livre, adequadas ao uso por pessoas com cadeira de rodas, conforme Figura 39.

O que se observa é que em alguns casos as salas contém mesas encostadas umas às outras, em duas fileiras, separadas por um corredor de circulação com largura superior a 0,90m, exigido pela NBR 9050/2004. Ocorre que para que uma cadeira de rodas se movimente é necessário espaço livre para a realização de manobras.

Há ainda uma mesa na recepção, no mesmo padrão, que é utilizada para a realização de registro de entrada, conforme Figura 40, sendo portanto, adequada ao uso de pessoas sentadas em cadeiras de rodas.



Fonte: Autora da Monografia

Figura 39: Sala de aula no 1º pavimento



Fonte: Autora da Monografia

Figura 40: Recepção

❑ Recomendações

Quanto aos bebedouros, recomenda-se a instalação de mais uma unidade em cada pavimento, específica para pessoas com deficiência, visto que o modelo existente não propicia a aproximação de indivíduos em cadeira de rodas.

Devem ser instalados de forma que a bica esteja localizada em sua face frontal, ter altura entre 73 e 90cm, e possibilitar a utilização de copo. Os bebedouros devem possibilitar a aproximação de uma cadeira de rodas em sua face frontal, podendo avançar sob o mesmo até 50cm.

Em relação aos telefones, recomenda-se a instalação de pelo menos 01 aparelho com amplificador de sinal por pavimento, devidamente sinalizado, de acordo com o item 5.4. da NBR 9050/2004.

Com relação às mesas de trabalho, recomenda-se manter desobstruídas as circulações e disponibilizar ao menos um espaço livre com diâmetro de 1,50m, adequado à realização de manobras de cadeiras de rodas, em localização preferencialmente próxima à porta.

Na impossibilidade de se manter essas condições, visto que o edifício é pouco utilizado por pessoas em cadeira de rodas deve-se ter uma condição que permita a movimentação com rapidez, quando da realização de cursos por esses indivíduos.

➤ Extintores de Incêndio

❑ Diagnóstico

Os extintores de Incêndio estão posicionados suspensos, fixados à parede, e sem sinalização de piso, como mostra a Figura 41.

❑ Recomendações

Recomenda-se reposicioná-los da maneira correta sobre o piso, para possibilitar a utilização por todos.



Fonte: Autora da Monografia
Figura 41: Extintor de incêndio suspenso

6.3. Avaliação dos Usuários

6.3.1. Entrevistas com Pessoas – Chave

Em entrevista realizada com uma das diretoras de Divisão da FAZESP foram obtidas as seguintes informações:

A FAZESP tem como principal atribuição planejar e definir a estratégia de gestão das atividades de capacitação e treinamento dos servidores da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Atualmente o edifício FAZESP/Carmo conta com 37 funcionários entre diretores, assistentes, instrutores, equipes de apoio compostas por funcionários efetivos, estagiários, e pessoal de frentes de trabalho. Os demais funcionários encontram-se lotados no edifício - sede da Secretaria da Fazenda, que se localiza no entorno do edifício.

Quanto ao grau de escolaridade dos funcionários da FAZESP, uma grande maioria possui formação superior ou técnica, exceto pessoal de apoio e estagiários que possuem nível médio, e o pessoal dos programas de frentes de trabalho promovidos pelo Governo do Estado de São Paulo.

O edifício recebe em média 160 pessoas por dia. São funcionários da própria FAZESP, da Secretaria da Fazenda, e de outras Secretarias da Administração Pública que se relacionam com a mesma.

Os cursos oferecidos são, de um modo geral, voltados à área financeira, informática e pregão eletrônico, entre outros.

A duração dos cursos varia de 1 a 5 dias. Os períodos são manhã, ou manhã e tarde.

Ao indagar sobre o desempenho do edifício em relação às pessoas com deficiência, foi informado que este nunca recebeu pessoas com deficiência em seu interior, somente pessoas com dificuldade de locomoção sem a ajuda de aparelhos, mulheres grávidas, pessoas obesas e idosos.

As principais dificuldades que essas pessoas enfrentam, normalmente, é com a subida das escadas.

O edifício possui equipamentos eletromecânicos para prover o acesso de pessoas com deficiência, ou seja, elevador vertical interno, e elevador de percurso inclinado externo. Segundo informações obtidas através de entrevista realizada com uma das diretoras de Divisão da FAZESP, somente o elevador vertical interno é utilizado, por funcionários da própria FAZESP e pelos demais usuários que apresentarem dificuldade de locomoção.

O elevador de percurso inclinado externo não é utilizado desde a época de sua instalação, quando da conclusão das obras de restauração e reforma do edifício em 2002, ocasião em que foi oferecido treinamento aos funcionários para orientação quanto ao funcionamento do mesmo.

O edifício, normalmente não recebe pessoas com deficiência. Os cursos em que haja a presença de pessoas com deficiência são ministrados na Unidade da FAZESP localizada no edifício - sede da Secretaria da Fazenda.

A Escola Fazendária não dispõe de pessoal treinado para o atendimento a essas pessoas, entretanto, embora ainda não tenha sido implementado um programa de capacitação aos funcionários, o que se observa é que funcionários da equipe de segurança, assim como funcionários administrativos da própria FAZESP mostram-se atenciosos, prestativos e disponíveis a prestar quaisquer informações, esclarecimentos ou mesmo ajuda aos usuários e visitantes do edifício.

O atendimento às pessoas que visitam o edifício é feito com cortesia, o que faz crer que quando ocorrer a visita por pessoas com algum tipo de deficiência, o tratamento não será diferente.

6.3.2. Aplicação de Questionários aos Usuários do Edifício

A avaliação sob o ponto de vista dos usuários tomou como base a aplicação de um questionário distribuído aos usuários do edifício – funcionários e visitantes (pessoas que freqüentaram o edifício durante o período em que estava sendo realizada a pesquisa, para a realização de cursos e treinamentos).

Este questionário teve a finalidade de identificar as relações entre os indivíduos e o ambiente construído, através da identificação dos usuários, sua vivência

em relação às deficiências, suas percepções, e também sua avaliação em relação ao desempenho do edifício da FAZESP no que diz respeito à acessibilidade.

O questionário adotado foi baseado no modelo desenvolvido por LOPES (2.005), que o utilizou para avaliação de três tipologias diferentes de espaço na cidade de São Paulo: um Museu, um espaço urbano de recreação e contato com a natureza (Parque), e um edifício da Administração Pública Municipal.

Como o questionário mostrou-se eficaz para a análise destes três espaços, decidiu-se por aplicar o referido modelo para a análise do edifício da FAZESP, que difere dos três espaços no que se refere à questão do uso, e encontra-se sob processo de tombamento.

Os questionários, cujo modelo é apresentado a seguir, foram entregues a uma das diretoras da FAZESP, que os distribuiu aos usuários do edifício – funcionários e visitantes, acreditando-se que seria obtida a mesma eficácia obtida nos exemplos anteriormente citados.

Entretanto, ao analisar as respostas dos questionários em sua primeira aplicação, verificou-se que alguns entrevistados tiveram dificuldades em compreender as questões 1, 4, 8 e 12.

Questionário

Atividade/profissão: _____

Idade: _____

Bairro onde reside: _____

1- Qual a sua relação com o local:

(☐) Funcionário (☐) Visitante

2- Tem algum tipo de deficiência física ou dificuldade para locomover-se, ouvir, enxergar ou falar?

(☐) Sim (☐) Não

2a- Em caso afirmativo, mencionar qual.

3- Convive ou já conviveu com pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção e comunicação?

(☐) Sim (☐) Não

Observações: _____

4- Já percebeu problemas de acesso e utilização no local por parte de deficientes físicos?

(☐) Sim (☐) Não

4a- Em caso afirmativo, descrever as situações mais freqüentes.

5- Como avalia a circulação pela área externa e nas proximidades para pessoas com deficiência que queiram chegar ao local

(☐) Muito Bom (☐) Bom (☐) Ruim (☐) Péssimo

5a- Quais são as facilidades? _____

5b- Quais são os principais obstáculos? _____

6- Como é o deslocamento das pessoas com dificuldade de locomoção ou deficientes entre os diferentes andares?

(☐) Fácil (☐) Complicado (☐) Exige a ajuda de terceiros (☐) Impossível

6a- O que facilita? _____

6b- O que dificulta? _____

7- Você acha que a pessoa com deficiência consegue circular por todos os espaços e participar de todas as atividades realizadas no local?

(☐) sim, sem nenhuma restrição

(☐) apenas com ajuda de terceiros

(☐) sim, com restrições

(☐) sem acesso

7a- Quais os fatores que impedem o livre acesso?

8- Você considera as instalações sanitárias :

(☐) Adaptadas para o uso da pessoa deficiente

(☐) Mal adaptadas

(☐) Adaptadas, porém em número insuficiente

() Não adaptadas

8a- Aponte as principais dificuldades encontradas nos banheiros.

9- Existe algum tipo de atendimento especial a esse público neste local?

() Sim () Não () Desconhece

9a- Em caso afirmativo, descrever qual.

10- Alguma pessoa com deficiência ou dificuldade de locomoção já solicitou a sua ajuda para locomover-se ou obter informações neste local?

() Sim () Não

10a- Em caso afirmativo, mencionar o tipo de solicitação mais freqüente.

11- Como avalia as placas informativas (sinalização) para sanitários, entradas, saídas, nome e uso da sala, para quem visita o local?

() Suficiente () Insuficiente () Difícil de encontrar ou visualizar () Não há

11a- Quais são as principais falhas?

12- Se você tivesse algum tipo de deficiência (ou tem de fato), quais as principais dificuldades encontradas em relação ao local para:

12a- Chegar _____

12b- Entrar ou sair _____

12c- Circular _____

12d- Participar de atividades _____

12e- Utilizar sanitários _____

12f- Obter informações ou atendimento _____

Com base nisto, esses questionários foram considerados como um pré-teste, e efetuadas algumas modificações em seu escopo, a fim de tornar as questões mais compreensíveis e possibilitar uma nova aplicação.

Procedeu-se às seguintes modificações:

..." **1-** Qual a sua relação com o local:

() Funcionário FAZESP () Visitante"...

..." **4-** Já percebeu problemas de acesso e utilização no edifício por parte de deficientes físicos?

() Sim () Não

..." **8-** Você considera as instalações sanitárias :

() Adaptadas para o uso da pessoa deficiente

() Mal adaptadas

() Adaptadas, porém em número insuficiente

() Desconhece o sanitário de deficientes do edifício.

- Para responder à questão a seguir imagine-se freqüentando o edifício como se você apresentasse alguma dificuldade de locomoção ou de comunicação:

..."12- Se você tivesse algum tipo de deficiência (ou tem de fato), quais as principais dificuldades encontradas em relação ao edifício para:

12a- Chegar_____

12b- Entrar ou sair_____

12c- Circular_____

12d- Participar de atividades_____

12e- Utilizar sanitários_____

12f- Obter informações ou atendimento _____"...

Com estas modificações foi efetuada uma segunda aplicação dos questionários aos usuários do edifício FAZESP/Carmo, e obtidos resultados que podem ser verificados no item 6.4. deste Estudo.

6.4. Diagnóstico

O Diagnóstico foi realizado mediante as informações obtidas especialmente através da Avaliação Técnico- Funcional e da Avaliação dos Usuários.

A partir destas foi efetuada a triagem das informações e identificadas as principais necessidades do edifício em relação à Acessibilidade, com o objetivo de apontar para os pontos críticos que necessitam ser tratados.

Os resultados obtidos podem ser observados nos gráficos a seguir, elaborados de forma a possibilitar uma melhor compreensão:

Questão 1 – Funcionários

Qual a sua relação com o local?

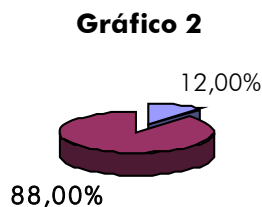
Funcionário – 100% - Gráfico 1



Questão 2

Tem algum tipo de deficiência física ou dificuldade de locomoção e comunicação?

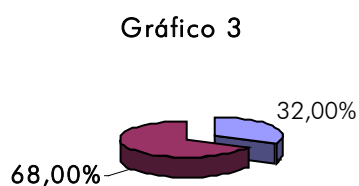
Não - 88% - Gráfico 2



Questão 3

Convive ou já conviveu com pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção e comunicação?

Não – 68% - Gráfico 3



Questão 4

Já percebeu problemas de acesso e utilização do edifício por parte de pessoas com deficiência?

Não - 68% - Gráfico 4



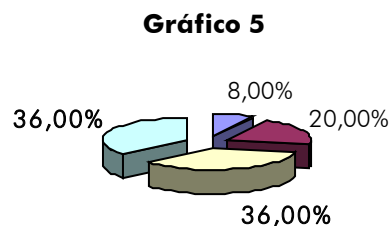
Questão 5

Como avalia a circulação pela área externa e nas proximidades para pessoas com deficiência que queiram chegar ao local?

Ruim – 36%

Péssima – 36%

Gráfico 5



5a Facilidades: elevador de deficientes
plataforma de deficientes

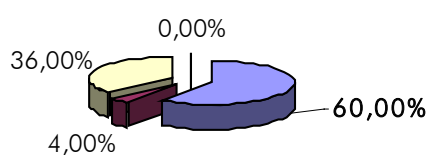
5b Obstáculos: calçadas esburacadas e estreitas, falta de guias rebaixadas, escadas

Questão 6

Como é o deslocamento das pessoas com dificuldade de locomoção ou deficientes entre os diferentes andares?

Fácil – 60% - Gráfico 6

Gráfico 6



6a O que facilita: elevador de deficientes, plataforma de deficientes

6b O que dificulta: Escadas

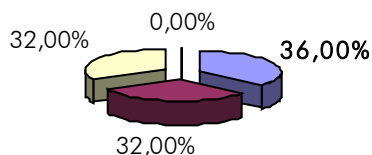
Questão 7

Você acha que a pessoa com deficiência consegue circular por todos os espaços e participar de todas as atividades realizadas no local?

Sim, sem nenhuma restrição – 36%

Gráfico 7

Gráfico 7



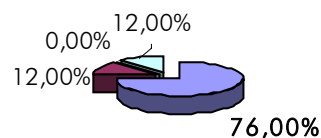
7a - Quais os fatores que impedem o livre acesso? Escadas, elevador trancado à chave, acesso principal sem recursos, portas com 2 folhas.

Questão 8

Você considera as instalações sanitárias :

Adaptadas para o uso da pessoa deficiente – 76% - Gráfico 8

Gráfico 8



8a- Aponte as principais dificuldades encontradas nos banheiros: Vaso sanitário alto, fechadura na porta do sanitário,, acessórios e interruptor altos.

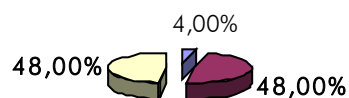
Questão 9

Existe algum tipo de atendimento especial a esse público neste local?

Não – 48%;

Desconhece – 48% - Gráfico 9

Gráfico 9

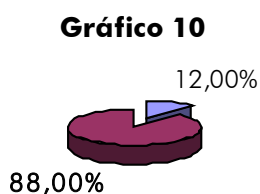


Questão 10

Alguma pessoa com deficiência ou dificuldade de locomoção já solicitou a sua ajuda para locomover-se ou obter informações neste local?

Não – 88,00%.

Gráfico 10

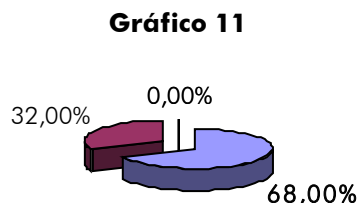


Questão 11

Como avalia as placas informativas (sinalização) para sanitários, entradas, saídas, nome e uso da sala, para quem visita o local?

Suficiente – 68,00%

Gráfico 11



11a- Quais são as principais falhas?

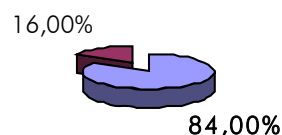
Pouca sinalização, não há sinalização para cegos.

Questão 12

Se você tivesse algum tipo deficiência (ou tem de fato), quais as principais dificuldades encontradas em relação ao local para:

12a) Chegar – 84% - Gráfico 12

Gráfico 12



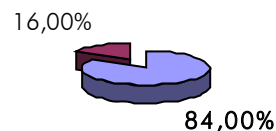
Principais observações:

Inexistência de guias rebaixadas, trajeto do metrô ao edifício, calçadas

Outros: Falta de local para estacionamento de veículos de deficientes, falta de sinalização para deficientes.

12b) Entrar ou Sair – 84% - Gráfico 13

Gráfico 13



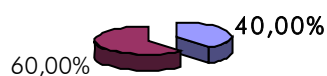
Principais observações:

Subir e descer escadas – internas e externas, no edifício há somente 1 acesso para deficientes e este é trancado à chave,

falta pessoal treinado para orientação, faltam corrimãos nas escadas.

12c) Circular – 40% - Gráfico 14

Gráfico 14

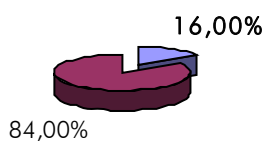


Principais observações:

Subir e descer escadas, portas com 2 folhas e uma está sempre fechada.

12d) Participar das atividades – 16% - Gráfico 15

Gráfico 15

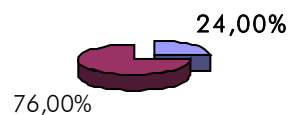


Principais observações:

Mudança de salas em virtude das portas de 2 folhas, espaço reduzido entre as mesas

12e) Utilizar sanitários – 24% - Gráfico 16

Gráfico 16

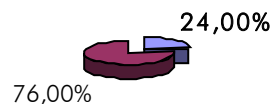


Principais observações:

Portas de 2 folhas para acesso aos sanitários, desconheço a existência de sanitários de deficientes no edifício

12f) Obter informações ou atendimento – 24% - Gráfico 17

Gráfico 17



Principais Observações:

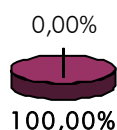
Atendentes não convenientemente preparados, dependência dos seguranças que estão sempre localizados no acesso localizado à Rua do Carmo.

Questão 1 – Usuários / Visitantes

Qual a sua relação com o local?

Visitante – 100% - Gráfico 18

Gráfico 18

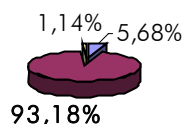


Questão 2

Tem algum tipo de deficiência física ou dificuldade de locomoção e comunicação?

Não - 93,18% - Gráfico 19

Gráfico 19

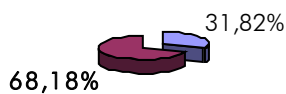


Questão 3

Convive ou já conviveu com pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção e comunicação?

Não – 68,18% - Gráfico 20

Gráfico 20

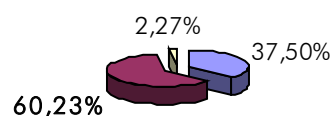


Questão 4

Já percebeu problemas de acesso e utilização do edifício por parte de pessoas com deficiência?

Não - 60,23% - Gráfico 21

Gráfico 21

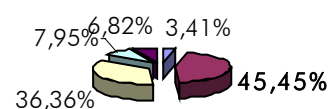


Questão 5

Como avalia a circulação pela área externa e nas proximidades para pessoas com deficiência que queiram chegar ao local?

Bom – 45,45% - Gráfico 22

Gráfico 22



5a Facilidades: elevador de deficientes
plataforma de deficientes

5b Obstáculos: escadas, calçadas esburacadas, falta de guias rebaixadas

Questão 6

Como é o deslocamento das pessoas com

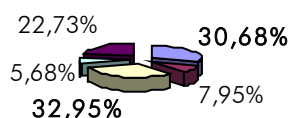
dificuldade de locomoção ou deficientes entre os diferentes andares?

Fácil – 30,68%

Exige a ajuda de terceiros – 32,95%-

Gráfico 23

Gráfico 23



6a O que facilita: elevador de deficientes, plataforma de deficientes

Outros: Corredores amplos, portas largas

6b O que dificulta: Escadas, ausência da sinalização adequada

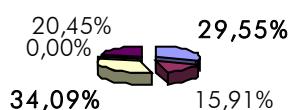
Questão 7

Você acha que a pessoa com deficiência consegue circular por todos os espaços e participar de todas as atividades realizadas no local?

Sim, sem nenhuma restrição – 36%

Sim, com restrições – 34,09% - Gráfico 24

Gráfico 24



Sim, com restrições – 34,09% - Gráfico 24

7a - Quais os fatores que impedem o livre acesso? Escadas internas e externas

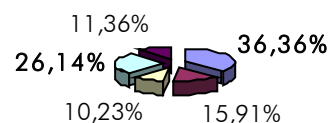
Questão 8

Você considera as instalações sanitárias :

Adaptadas para o uso da pessoa deficiente – 36,36%

Desconhece o sanitário de deficientes – 26,14% - Gráfico 25

Gráfico 25



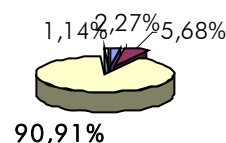
8a- Aponte as principais dificuldades encontradas nos banheiros: Espaço insuficiente, portas estreitas

Questão 9

Existe algum tipo de atendimento especial a esse público neste local?

Desconhece – 90,91% - Gráfico 26

Gráfico 26

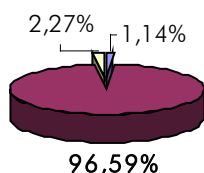


Questão 10

Alguma pessoa com deficiência ou dificuldade de locomoção já solicitou a sua ajuda para locomover-se ou obter informações neste local?

Não – 96,59% - Gráfico 27

Gráfico 27

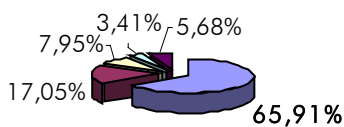


Questão 11

Como avalia as placas informativas (sinalização) para sanitários, entradas, saídas, nome e uso da sala, para quem visita o local?

Suficiente – 65,91% - Gráfico 28

Gráfico 28



11a- Quais são as principais falhas?

Sinalização mal posicionada

Questão 12

Se você tivesse algum tipo de deficiência (ou tem de fato), quais as principais dificuldades encontradas em relação ao local para:

12a) Chegar – 43,18% - Gráfico 29

Gráfico 29



Principais observações:

Escadas, falta de rampa no acesso principal.

Outros: Falta de informação e sinalização, acesso ao transporte público

12b) Entrar ou Sair – 55,68% - Gráfico 30

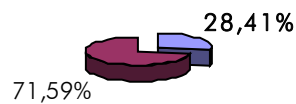
Gráfico 30



Principais observações: Escadas, falta de rampa nos acessos

12c) Circular – 28,41% - Gráfico 31

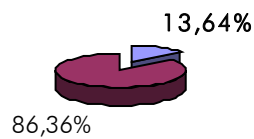
Gráfico 31



Principais observações: Escadas

12d) Participar das atividades – 13,64% - Gráfico 32

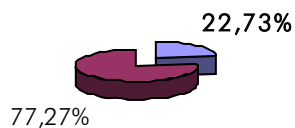
Gráfico 32



Principais observações: portas estreitas

12e) Utilizar sanitários – 22,73% - Gráfico 33

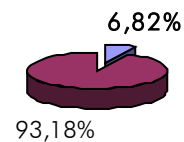
Gráfico 33



Principais observações: Pequeno, falta de sinalização

12f) Obter informações ou atendimento – 6,82% - Gráfico 34

Gráfico 34

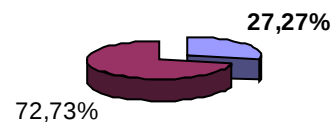


Principais observações: Portas estreitas, altura do balcão

Usuários que não responderam à questão

12: 27,27% - Gráfico 35

Gráfico 35



Desta pesquisa foram identificados quais os principais elementos devem ser tratados, a fim de melhorar as condições do edifício em relação à acessibilidade:

❑ **Acesso pelas áreas externas**

- Dificuldades com o transporte público (Metrô);
- Dificuldade para acessar ao edifício em virtude de calçadas irregulares e estreitas;
- Ausência de rota acessível com piso tátil;
- Ausência de guias rebaixadas junto ao edifício;
- Não há estacionamento para veículos de pessoas com deficiência no local;
- Acesso de pessoas com deficiência trancado à chave, distante da Recepção (dependência);
- Impossibilidade de comunicação do acesso de pessoas com deficiência com a Recepção.

❑ **Acesso ao edifício**

- Acesso ao edifício com degraus e ausência de corrimãos;
- Ausência de rampas;
- Elevador de percurso inclinado temporariamente indisponível;
- Capa de proteção do elevador de percurso inclinado;
- Existência de Capachos;
- Portas de 02 folhas, sendo 01 folha mantida permanentemente fechada.

❑ **Sanitários**

- Portas de 02 folhas dificultam o acesso à área onde se localizam os sanitários de pessoas com deficiência, a circulação e consequentemente a participação nas atividades desenvolvidas no interior do edifício;
- Acessórios e equipamentos insuficientes e mal posicionados.

❑ **Sinalização**

- Insuficiente;
- Sinalização do sanitário de pessoas com deficiência incorreta;
- Ausência de sinalização de alerta em elevadores, extintores e hidrantes;
- Ausência de Sinalização em Braille.

Estes elementos são provenientes de diversos fatores como: o entorno onde está localizado o edifício, o projeto que reflete a cultura de uma época onde não existia a preocupação com a questão da acessibilidade, as dificuldades impostas pelo tombamento, e outros.

Entretanto, é recomendável que sejam implementadas as soluções dispostas no item 6.2.3. deste Estudo, especialmente no que se referem ao edifício, assim como ao seu entorno imediato, devendo, para tanto, serem estabelecidos contatos com a Subprefeitura local, a Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, e a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, que possuem interface direta com o edifício e seu entorno, para a apresentação das dificuldades identificadas, a fim de que sejam estudadas soluções capazes de promover melhorias nas condições de acessibilidade do edifício, das vias de acesso, e do tráfego de veículos da região.

7. CONCLUSÕES

A Metodologia aplicada no presente Estudo de Caso permitiu concluir que apesar dos esforços da Administração em devolver ao edifício da Escola Fazendária do Estado de São Paulo / FAZESP sua configuração original, e em implementar elementos que o tornasse novamente utilizável, alguns requisitos de Acessibilidade não foram atendidos plenamente.

Como não raro a Administração Pública enfrenta dificuldades para a obtenção de recursos financeiros para viabilizar seus projetos, torna-se imprescindível a qualificação de empresas fornecedoras de materiais e serviços, a capacitação técnica de quem realiza os projetos, assim como os meios apropriados de fiscalização, tanto em relação à execução, quanto ao longo do uso da edificação, para que as soluções sejam mais eficazes.

No edifício em questão algumas conquistas foram obtidas por ocasião da execução do projeto de restauração e reforma em 1.999, e das obras em 2.002, como por exemplo, a instalação de elevadores acessíveis - de percurso inclinado e vertical – demonstrou a preocupação em promover acessibilidade aos usuários com deficiência ou com mobilidade reduzida, além de possibilitar a circulação destes por entre os pavimentos.

Entretanto, apesar de usual, o elevador de percurso inclinado não se constitui em uma boa solução em acessibilidade, pois não proporciona autonomia aos usuários.

Ainda com relação aos elevadores, como observado no item 6.2.3.5., o funcionamento do elevador de percurso inclinado ficou prejudicado em virtude da necessidade de serviços de manutenção, visto que o mesmo é importado e, não raro, este tipo de equipamento pode necessitar da substituição de componentes não encontrados facilmente no mercado.

A adaptação dos sanitários também possibilitou a permanência destes no local, pois apesar de incorporados elementos para torná-los acessíveis, foram identificados alguns erros que sob o ponto de vista executivo possuem pequena significância, mas sob o ponto de vista do usuário, constituem-se em obstáculos.

Em relação às pessoas com deficiência visual não foi contemplada nos projetos a sinalização em Braille, e a sinalização instalada atualmente foi apontada pelos usuários do edifício como insuficiente.

Também não foram instalados corrimãos junto às escadas para pessoas com deficiência visual, com dificuldade de locomoção, idosos, obesos, gestantes, crianças, entre outros.

Em razão desta pesquisa, focada em acessibilidade de edifícios de valor histórico, foi possível concluir que tanto o projeto de restauração e reforma quanto as obras, procuraram preservar ao máximo a configuração original do edifício, voltando-se mais à sua restauração do que à promoção da acessibilidade.

Com isto, o edifício apresenta alguns problemas, que podem ser passíveis de solução, a fim de torná-lo mais adaptado.

É importante salientar que as recomendações descritas neste estudo devem ser avaliadas, a fim de que sejam adotadas ações condizentes com a realidade do edifício, entretanto, as exigências da Norma NBR 9050/2004 devem ser obedecidas.

Vale ressaltar que segundo CAMBIAGHI (2006 – p. 54) ...” é indispensável o conhecimento das necessidades dos usuários, entretanto, o conhecimento para a execução toma como base muito mais o bom senso do que a pesquisa acadêmica ou a experiência prática, pois existem soluções que fogem da regra e podem ser articuladas”.

Na análise do edifício da FAZESP foi possível observar ainda que muitos dos obstáculos encontrados decorrem, não somente do edifício, mas das dificuldades de acesso ao local.

Neste caso as soluções poderão advir de novos esforços, de iniciativas públicas e/ou privadas, responsáveis e interessadas em promover acessibilidade à sociedade em geral, para que sejam tomadas medidas para promover melhores condições às pessoas com deficiência.

Os métodos e técnicas de Avaliação Pós – Ocupação aplicados demonstraram-se eficazes em virtude da possibilidade de efetuar o cruzamento das informações obtidas na avaliação técnica e na avaliação dos usuários do edifício. Além disso possibilitaram um maior conhecimento das principais necessidades dos usuários, assim como de suas impressões.

Outras referências utilizadas, como o modelo segundo YOUNG (1996), a NBR 9050/2004 da ABNT, e os princípios do Desenho Universal, também demonstraram-se suficientes para fornecer os subsídios necessários à avaliação, bem como a Bibliografia de apoio.

Face ao exposto, acredita-se que esta metodologia possa oferecer uma importante contribuição para os Gerentes de Facilidades, Gestores de Edifícios, e profissionais da área, para análise das condições de acessibilidade de Edifícios de Valor Histórico, para que obtenham subsídios à promoção da acessibilidade nos edifícios sob sua Gestão, tornando-os acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas características físicas, pois o acesso ao meio físico, ao trabalho, à cultura, e ao lazer é um direito de todos.

É importante ressaltar ainda a importância do Gerente de Facilidades nas Organizações públicas e privadas, em edifícios contemporâneos e de valor histórico, para atuação nos diversos níveis - estratégico, tático e operacional, possibilitando a integração de pessoas, espaços e tecnologia, assegurando que sistemas prediais e serviços de apoio ofereçam suporte à atividade - fim, para que os objetivos das Organizações sejam alcançados.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Claudia. Avaliação da Ocupação Física em Edifícios de Escritórios Utilizando Métodos Qualitativos: O Caso da Editora Abril em São Paulo. (Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo – 2.000).

ANDRADE, Claudia. Avaliação de Desempenho em Edifícios de Escritórios: O ambiente de trabalho como meio para o bem estar produtivo. (Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo – 2.005).

CAMBIAGHI, Silvana Serafino; **ORNSTEIN**, Sheila Walbe. Como construir banheiros com acessibilidade para pessoas com deficiências e idosos. *Techné*, São Paulo. N. 75, p. 90-94 – jun. 2.003.

CAMBIAGHI, Silvana Serafino. Desenho Universal: Métodos e Técnicas de Ensino na Graduação de Arquitetos e Urbanistas. (Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP para obtenção do grau de Mestre – 2.004).

CRAVOTTO, Antonio – Areas y edificaciones testimoniales del patrimonio cultural: su accesibilidad a las personas con discapacidad física. Montevideo: Real Patronato, 1.990.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin - Direitos da pessoa portadora de deficiência - Advocacia Pública & Sociedade ; ano 1, n. 1 - São Paulo – 1.997

LOPES, Maria Elisabete. Metodologia de Análise e Implantação de Acessibilidade para Pessoas com Mobilidade Reduzida e Dificuldade de Comunicação. (Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo – 2.005).

MACE, Ron; **G. Hardie**, **PLAICE**, J. Accessible environments toward universal design. In: **PREISER**, Wolfgang. Design interventions: toward a more humane architecture. New York: Van Nostrand Reinhold, 1.991.

MORAES, Ricardo. Curso de Acessibilidade - Um Novo Olhar sobre a Cidade, 2.004.

ORNSTEIN, Sheila Walbe ; ROMÉRO, Marcelo. Avaliação Pós-ocupação do Ambiente Construído. São Paulo – EDUSP – Studio Nobel, 1.992.

PEIRÃO, M. ELIZABETH CORRÊA. São Paulo – FDE., 1.991

PREISER, Wolfgang F. E.; OSTROFF, Elaine (ed.). Universal Design Handbook. New York: Mc Graw Hill, 2.001.

VAZ & MELLO – Pesquisa Documental do Edifício da Escola Faxendária do Estado de São Paulo, 1999.

CREA/SP – Curso de Capacitação Técnica em Acessibilidade e Mobilidade Urbana, 2005.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO / SEPED / CPA. “ACESSIBILIDADE - MOBILIDADE ACESSÍVEL NA CIDADE DE SÃO PAULO” (2005).

PROJETO DESIGN - Edição 284 – Outubro / 2003 p. 44–47.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO – Arquivo

TECHNE – Edição nº. 75 – Junho/2003 – p. 90-94.

Edição nº. 113 – Agosto/2006 – p.54

VEJA SÃO PAULO – Edição nº. 5 - 07/02/07- p. 24-30.

□ **LEGISLAÇÃO MUNICIPAL - ACESSIBILIDADE**

LEI nº 11.345 - de 14/04/1993: Dispõe sobre a adequação das edificações a pessoas com deficiência, e dá outras providências. Regulamentada pelo Decreto Municipal 45.122/04.

DECRETO nº 45.122 - de 2004: Consolida a regulamentação das Leis nº 11.345, de 14 de abril de 1993, nº 11.424, de 30 de setembro de 1993, nº 12.815, de 6 de abril de 1999 e nº 12.821, de 7 de abril de 1999, que dispõem sobre a adequação das edificações a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE - CPA:

Resolução CPA/SEHAB-G/006/2002 – Norma Técnica para Plataformas Elevatórias.

Resolução CPA/SEHAB-G/010/2003 – Dispõe sobre elevador de uso específico como dispositivo complementar de acessibilidade às edificações para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

❑ **LEGISLAÇÃO ESTADUAL - ACESSIBILIDADE**

LEI nº 5.500 - de 31/12/1986: Dá nova redação ao art. 1º da Lei n.º 3.710, de 4 de janeiro de 1983, que estabelece condições para acesso aos edifícios públicos pelas pessoas com deficiência física.

LEI nº 9.086 - de 03/03/1995: Determina aos órgãos da Administração Direta e Indireta a adequação de seus projetos, edificações, instalações e mobiliário ao uso de pessoas com deficiências.

DECRETO nº 27.383 – de 22/09/1987: Dispõe sobre adequação de próprios estaduais ao uso de pessoas com deficiência física, e dá outras providências.

DECRETO nº 33.824 - de 21/09/1991: Dispõe sobre adequação de próprios estaduais à utilização de portadores de deficiências, e dá outras providências.

❑ **LEGISLAÇÃO FEDERAL - ACESSIBILIDADE**

LEI nº 8.112 - de 11/12/90: Assegura o direito às pessoas com deficiência, de inscrever-se para cargos em concursos públicos (vinte por cento do total de vagas), cujas atribuições sejam compatíveis com o tipo de deficiência de que são portadoras.

LEI nº 8.213 - de 24/08/91: O art. 93 obriga a empresa com mais de cem empregados a preencher de 2% a 5% (dois a cinco por cento) de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência habilitadas.

LEI nº 10.048 - de Novembro de 2000: Estabelece atendimento prioritário às pessoas com deficiência física, idosos, gestantes, lactantes acompanhadas de crianças de colo.

LEI nº 10.098 – de 19/12/2000: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

DECRETO nº 3.298 - de 20/12/1999 assegura às pessoas com deficiência o direito de inscrever-se em concursos públicos, em igualdade de condições com as demais.

DECRETO nº 5.296 – de 02/12/2004: Regulamenta as Leis de nº 10.048, de 08/11/00, que dá prioridade de atendimento, e nº 10.098, que estabelece normas gerais para a promoção de acessibilidade.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL:

Instrução Normativa nº. 1 - de 25/11/2003: Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias.

❑ **LEGISLAÇÃO MUNICIPAL - TOMBAMENTO**

LEI nº. 10.032 - de Dezembro de 1985: Dispõe sobre a criação do CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, e regulamenta ações de reparos e restauro das edificações e espaço.

DECRETO nº. 19.835 - de 10 /07/1984: Estabelece níveis diferentes de preservação e as modificações e reparos admitidos para cada uma delas.

Quadro I – Classificação em Níveis de Preservação dos Imóveis Enquadrados como Z8-200.

SMC / CONPRESP - Resolução de Tombamento nº 44/1992 - ANEXO I - IMÓVEIS EM PROCESSO DE TOMBAMENTO, ENQUADRADOS NA ZONA Z8-200

❑ **NORMAS TÉCNICAS**

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS:

NBR 9050/2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

NBR 13994/2000 – Elevadores de Passageiros – Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.

❑ Resultados dos Questionários respondidos por Funcionários da FAZESP

De um total de 30 questionários distribuídos aos funcionários foram respondidos 25. Isto significa que 67,5% dos 37 funcionários responderam às questões e colaboraram para a realização desta pesquisa.

Destes questionários foram apurados os seguintes resultados:

Uma grande maioria de funcionários não apresenta qualquer tipo de deficiência - 88%. Apenas 12% apresentam dificuldades de locomoção e dificuldades de visão.

Do total de funcionários entrevistados, apenas 32% convive ou já conviveu com pessoas com algum tipo de deficiência. Isto pressupõe que as respostas dadas por estes indivíduos têm como base a observação e a vivência em relação aos problemas que as pessoas com deficiência enfrentam em seu dia-a-dia.

Os funcionários que perceberam problemas para acesso e utilização do edifício se constituíram em 32% dos entrevistados. Os principais problemas apontados foram a ausência de rampas e de corrimãos nas escadas. Entre os demais não foram identificados problemas.

Com relação à circulação pela área externa, as condições apontadas pela maioria dos entrevistados foram ruins e péssimas. Apenas 20% dos entrevistados considerou boas. As facilidades apontadas por estes usuários foram o elevador de deficientes e a plataforma de deficientes. Os principais problemas foram a existência de calçadas esburacadas e estreitas, ausência de guias rebaixadas, e as escadas. Foram citadas ainda dificuldades para acesso ao elevador de deficientes, a ausência de corrimãos junto aos degraus dos acessos do edifício, e a quantidade excessiva de ambulantes que transitam pelas ruas naquele local.

O deslocamento das pessoas por entre os andares foi considerado fácil por 60% dos entrevistados. Os principais facilitadores apontados foram o elevador de deficientes, que atende igualmente aos três pavimentos - subsolo, primeiro e segundo, e a plataforma de deficientes, que possibilita o acesso ao edifício.

Uma parcela de 36% considerou necessária a ajuda de terceiros, enquanto 4% considerou complicado. Os principais obstáculos apontados foram as escadas.

Com relação à circulação das pessoas com deficiência por todos os espaços, as opiniões foram divididas: 36% dos funcionários classificou como sem restrições, outros responderam que é possível apenas com a ajuda de terceiros – 32%, e outros entenderam que há restrições – 32%. Foram apontados como obstáculos ao livre acesso as escadas, o elevador de deficientes trancado à chave, a falta de recursos no acesso principal, e as portas de madeira de 2 folhas, sendo 1 folha mantida permanentemente fechada, o que dificulta a passagem de cadeiras de rodas.

Quanto aos sanitários, a maioria dos entrevistados - 76%, considera que as instalações são adaptados para o uso da pessoa com deficiência, outros consideram mal adaptados – 12%, e outros desconhecem a existência de sanitários adaptados no edifício - 12%; entretanto algumas falhas foram apontadas, como por exemplo vaso sanitário alto, a fechadura da porta, e os acessórios e interruptor altos.

Quanto ao atendimento especial para o público com deficiência, 48% respondeu que não existe, 48% desconhece, e somente 4% afirma que existe atendimento especial para pessoas com deficiência.

Em relação à solicitação de ajuda pelas pessoas com deficiência para locomoção no interior do edifício, 88% respondeu que nunca lhes foi solicitada.

As placas informativas foram consideradas suficientes, entretanto algumas falhas foram apontadas, como por exemplo a insuficiência de placas de sinalização, e a ausência de sinalização em Braille.

Quando solicitado aos entrevistados que se imaginassem freqüentando o edifício como se apresentassem alguma dificuldade de locomoção ou de comunicação, foram apurados os seguintes resultados:

Teriam dificuldades para chegar ao edifício 84% dos entrevistados. As principais dificuldades apontadas foram a inexistência de guias rebaixadas, e as calçadas esburacadas no trajeto do Metrô ao edifício. Outros problemas foram apontados como a falta de local para estacionamento de veículos de deficientes, e a falta de sinalização no acesso de deficientes.

Também 84% dos entrevistados teriam dificuldades para entrar ou sair do edifício. Os principais problemas apontados foram a subida das escadas – internas e externas, a inexistência de corrimãos, a falta de pessoal treinado para atendimento às pessoas com deficiência, e a dificuldade em utilizar o acesso de deficientes, visto que é mantido trancado e, para que se possa utilizá-lo é necessário solicitar à equipe de segurança a abertura do portão e a disponibilização da plataforma de deficientes.

Como a equipe de segurança é mantida junto ao acesso principal à rua do Carmo, fica difícil o acesso de pessoas com deficiência ao edifício, tanto pela rua das Flores, como pela rua do Carmo.

A circulação pelas áreas internas do edifício seria difícil para 40% dos entrevistados, em virtude das dificuldades em subir e descer escadas, e entrar e sair das salas de aula, em virtude da existência de portas de duas folhas, que são mantidas abertas parcialmente, dificultando a passagem de cadeiras de rodas.

Para participar das atividades no interior do edifício apenas 16% encontraria dificuldades, visto que as portas de duas folhas se constitui em um considerável obstáculo, assim como o espaço reduzido por entre as mesas.

Em relação às instalações sanitárias, 24% dos entrevistados considera difícil o acesso e a utilização em virtude da porta de duas folhas que separa os sanitários das demais instalações do edifício. Outros desconhecem a existência de sanitários adaptados a pessoas com deficiência.

Para obter informações ou atendimento no edifício, 24% dos entrevistados teria dificuldades, pois julgam necessária a disponibilização de funcionários treinados, especialmente aqueles que fazem atendimento ao público. Também foi citada a dependência da equipe de segurança, visto que esta permanece no acesso principal à rua do Carmo, sendo que o acesso de deficientes se localiza à rua das Flores.

A seguir são apresentados os Gráficos obtidos através das respostas dos Funcionários para cada questão, seguidos da Planilha em Excel.

➤ Gráficos resultantes da aplicação de questionários aos Funcionários do Edifício

1- Qual a sua relação com o local:

100% dos entrevistados são funcionários da FAZESP que trabalham no edifício.

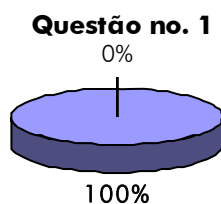


Gráfico 1: Questão 1 / funcionários

2-Tem algum tipo de deficiência física ou dificuldade para locomover-se, ouvir, enxergar ou falar?

Sim – 12,00%;

Não – 88,00%.

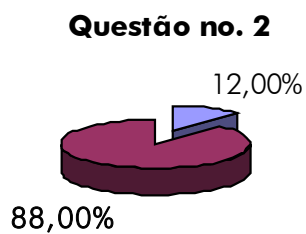


Gráfico 2: Questão 2 / funcionários

3. Convive ou já conviveu com pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção e comunicação?

Sim – 32,00%;

Não – 68,00%.

Questão no. 3

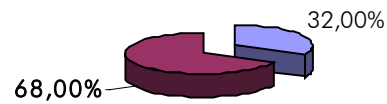


Gráfico 3: Questão 3 / funcionários

4- Já percebeu problemas de acesso e utilização no *edifício* por parte de pessoas com deficiência?

Sim – 32,00%;

Não – 68,00%.

Questão no. 4

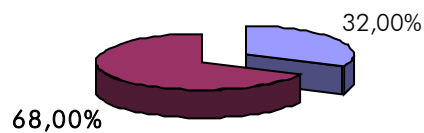


Gráfico 4: Questão 4 / funcionários

4a: Em caso afirmativo, descrever as situações mais freqüentes:

Falta de rampas;

Escadas sem corrimãos.

5- Como avalia a circulação pela área externa e nas proximidades para pessoas com deficiência que queiram chegar ao local

Muito boa – 8,00%;

Boa – 20,00%;

Ruim – 36,00%;

Péssima – 36,00%.

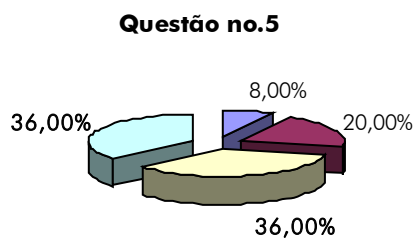


Gráfico 5: Questão 5 / funcionários

5a - Quais são as facilidades?

Elevador de deficientes;

Plataforma de deficientes

5b - Quais são os principais obstáculos?

Calçadas esburacadas e estreitas;

Falta de guias rebaixadas;

Escadas;

Outros: elevador de difícil acesso, entrada principal sem corrimão, excesso de ambulantes nas ruas.

6- Como é o deslocamento das pessoas com dificuldade de locomoção ou deficientes entre os diferentes andares?

Fácil – 60,00%;

Complicado – 4,00%;

Exige a ajuda de terceiros – 36,00%;

Impossível – 0,00%.

Questão no. 6

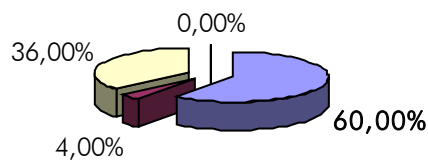


Gráfico 6: Questão 6 / funcionários

6a – O que facilita?

Elevador de deficientes;

Plataforma de deficientes.

6b-Oque dificulta?

Escadas.

7- Você acha que a pessoa com deficiência consegue circular por todos os espaços e participar de todas as atividades realizadas no local?

Sim, sem nenhuma restrição – 36,00%;

Apenas com a ajuda de terceiros – 32,00%;

Sim, com restrições – 32,00%;

Sem acesso- 0,00%.

Questão no. 7

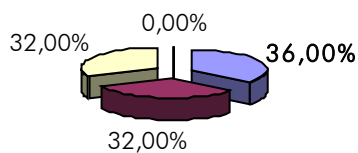


Gráfico 7: Questão 7 / funcionários

7a- Quais os fatores que impedem o livre acesso?

Escadas;

Elevador trancado à chave;
Acesso principal sem recursos;
Portas com 2 folhas.

8- Você considera as instalações sanitárias :

Adaptadas para o uso da pessoa deficiente – **76,00%;**

Mal adaptadas – 12,00%;

Adaptadas, porém em número insuficiente – 0,00%;

Desconhece o sanitário de deficientes do edifício – 12,00%.

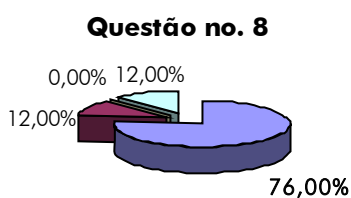


Gráfico 8: Questão 8 / funcionários

8a- Aponte as principais dificuldades encontradas nos banheiros:

Vaso sanitário alto;
Fechadura na porta do sanitário;
Acessórios e interruptor altos.

9- Existe algum tipo de atendimento especial a esse público neste local?

Sim – 4,00%;

Não – **48,00%;**

Desconhece - **48,00%.**

Questão no. 9

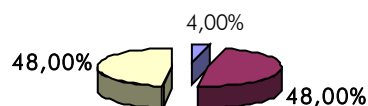


Gráfico 9: Questão 9 / funcionários

10- Alguma pessoa com deficiência ou dificuldade de locomoção já solicitou a sua ajuda para locomover-se ou obter informações neste local?

Sim – 12,00%;

Não – 88,00%.

Questão no. 10

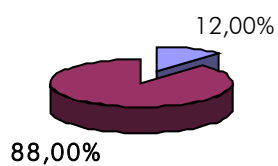


Gráfico 10: Questão 10 / funcionários

11- Como avalia as placas informativas (sinalização) para sanitários, entradas, saídas, nome e uso da sala, para quem visita o local?

Suficiente – 68,00%;

Insuficiente – 32,00%;

Difícil de encontrar ou visualizar – 0,00%;

Não há – 0,00%.

Questão no. 11

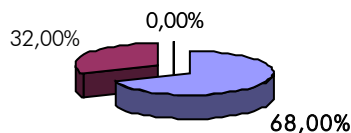


Gráfico 11: Questão 11 / funcionários

11a- Quais são as principais falhas?

Pouca sinalização;

Não há sinalização para cegos.

12- Se você tivesse algum tipo de deficiência (ou tem de fato), quais as principais dificuldades encontradas em relação ao local para:

a) Chegar – 84,00%;

Questão no. 12 a

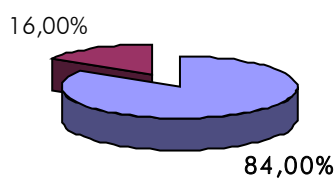


Gráfico 12: Questão 12a / funcionários

Principais observações:

Inexistência de guias rebaixadas;

Trajeto do metrô ao edifício;

Calçadas;

Outros: Falta de local para estacionamento de veículos de deficientes, falta de sinalização para deficientes.

b) Entrar ou Sair – 84,00%;

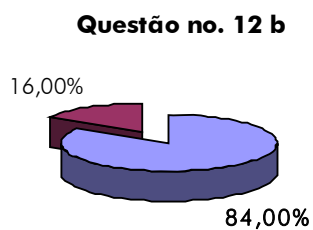


Gráfico 13: Questão 12b / funcionários

Principais observações:

Subir e descer escadas – internas e externas;

No edifício há somente 1 acesso para deficientes e este é trancado à chave;

Falta pessoal treinado para orientação;

Faltam corrimãos nas escadas.

c) Circular – 40,00%;



Gráfico 14: Questão 12c / funcionários

Principais observações:

Subir e descer escadas;

Portas com 2 folhas e uma está sempre fechada.

d) Participar das atividades – 16,00%;

Questão no. 12 d

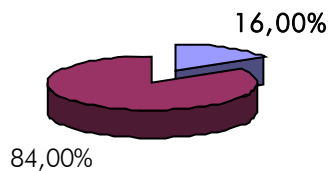


Gráfico 15: Questão 12d / funcionários

Principais observações:

Mudança de salas em virtude das portas de 2 folhas;

Espaço reduzido entre as mesas.

e) Utilizar sanitários – 24,00%;

Questão no. 12 e

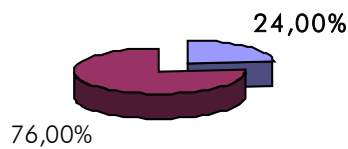


Gráfico 16: Questão 12e / funcionários

Principais observações:

Portas de 2 folhas para acesso aos sanitários;

Desconheço a existência de sanitários de deficientes no edifício.

f) Obter informações ou atendimento – 24,00%;

Questão no. 12 f

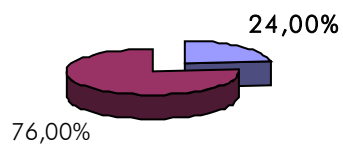


Gráfico 17: Questão 12f / funcionários

Principais observações:

Atendentes não convenientemente preparados;

Dependência dos seguranças que estão sempre localizados no acesso localizado à Rua do Carmo.

QUESTÕES	FUNCIONARIOS																									SOMATÓRIA	%
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25		
1- Qual a sua relação com o local: Funcionário FAZESP Visitante	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	25 0	100,00 0,00
2- Tem algum tipo de deficiência física ou dificuldade para locomover-se, ouvir, enxergar ou falar? Sim Não Em caso afirmativo, mencionar qual								1		1			1				1	1	1	1	1	1	1	1	1	3 22	12,00 88,00
3- Convive ou já conviveu com pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção e comunicação? Sim Não Observações					1	1			1		1	1			1									1	1	8 17	32,00 68,00
4- Já percebeu problemas de acesso e utilização no <i>edifício</i> por parte de pessoas com deficiência? Sim Não 4a- Em caso afirmativo, descrever as situações mais freqüentes.			1		1					1	1				1		1				1			1		8 17	32,00 68,00
5- Como avalia a circulação pela área externa e nas proximidades para pessoas com deficiência que queiram chegar ao local Muito Bom Bom Ruim Péssimo 5a- Quais são as facilidades? 5b- Quais são os principais obstáculos?							1	1	1						1		1					1		1		2 5 9 9	8,00 20,00 36,00 36,00
6- Como é o deslocamento das pessoas com dificuldade de locomoção ou deficientes entre os diferentes andares? Fácil Complicado Exige a ajuda de terceiros Impossível 6a- O que facilita? 6b- O que dificulta?	1	1	1		1	1						1	1	1				1	1	1	1	1	1	1	1	15 1 9 0	60,00 4,00 36,00 0,00
7- Você acha que a pessoa com deficiência consegue circular por todos os espaços e participar de todas as atividades realizadas no local? sim, sem nenhuma restrição apenas com ajuda de terceiros sim, com restrições sem acesso 7a- Quais os fatores que impedem o livre acesso?	1	1			1								1	1	1						1	1	1		1	9 8 8 0	36,00 32,00 32,00 0,00
8- Você considera as instalações sanitárias : Adaptadas para o uso da pessoa deficiente Mal adaptadas Adaptadas, porém em número insuficiente Desconhece o sanitário de deficientes do edifício 8a- Aponte as principais dificuldades encontradas nos banheiros.			1	1	1	1		1	1		1		1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	19 3 0 3	76,00 12,00 0,00 12,00
9- Existe algum tipo de atendimento especial a esse público neste local? Sim Não Desconhece 9a- Em caso afirmativo, descrever qual.																			1							1 12 12	4,00 48,00 48,00
10- Alguma pessoa com deficiência ou dificuldade de locomoção já solicitou a sua ajuda para locomover-se ou obter informações neste local? Sim Não 10a- Em caso afirmativo, mencionar o tipo de solicitação mais freqüente.										1				1			1									3 22	12,00 88,00
11- Como avalia as placas informativas (sinalização) para sanitários, entradas, saídas, nome e uso da sala, para quem visita o local? Suficiente Insuficiente Difícil de encontrar ou visualizar Não há 11a- Quais são as principais falhas?			1	1	1	1	1			1		1	1	1	1	1				1	1	1	1	1	1	17 8 0 0	68,00 32,00 0,00 0,00
12- Se você tivesse algum tipo de deficiência (ou tem de fato), quais as principais dificuldades encontradas em relação ao local para: 12a- Chegar 12b- Entrar ou sair 12c- Circular 12d- Participar de atividades 12e- Utilizar sanitários 12f- Obter informações ou atendimento			1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	0	1		21 21 10 4 6 6	84,00 84,00 40,00 16,00 24,00 24,00

❑ Resultados dos Questionários respondidos por Usuários / Visitantes

Em relação aos Usuários (pessoas que freqüentaram o edifício durante o período em que estava sendo realizada a pesquisa, para a realização de cursos e treinamentos), dos 100 questionários distribuídos, foram respondidos 88.

Dos questionários respondidos foram apurados os seguintes resultados:

A grande maioria dos visitantes não apresenta qualquer deficiência – 93,18%. Apenas 5,68% apresentam dificuldades de locomoção e dificuldades com a visão, enquanto 1,14% não responderam à questão.

Dos visitantes entrevistados, apenas 31,82% convive ou já conviveu com pessoas com deficiência. Neste caso também se pressupõe que as respostas dadas por estes indivíduos tenham como base a observação e a vivência em relação às dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência.

Os visitantes que perceberam problemas de acesso e utilização do edifício por pessoas com deficiência se constituem em 37,50% dos entrevistados. Destes, como nos questionários dos funcionários, foram apontados problemas como a subida de escadas, ausência de rampas, e de corrimãos junto às escadas.

Não foram identificados problemas por 60,23% dos entrevistados, e 2,27% não responderam à pergunta.

Quanto às condições de circulação pela área externa as opiniões ficaram divididas, ou seja, os resultados obtidos foram bom – 45,45%, e ruim – 36,36%. As principais facilidades apontadas pelos usuários foram o elevador de deficientes e a plataforma de deficientes.

Outros 3,41% consideraram muito bom, 7,95% consideraram péssima, e 6,82% não responderam à pergunta. Os principais obstáculos apontados foram as escadas, as calçadas esburacadas e estreitas, e a ausência de guias rebaixadas.

O deslocamento das pessoas por entre os andares foi considerado fácil por 30,68% dos entrevistados. Os facilitadores identificados foram o elevador de deficientes, a plataforma de deficientes, os corredores amplos, e as portas largas. 32,95% acredita ser

necessária a ajuda de terceiros, enquanto 7,95% considerou complicado, e 5,68% acha impossível. Os principais obstáculos apontados foram as escadas e a ausência de sinalização adequada.

Não responderam à pergunta 22,73% dos entrevistados.

Com relação à circulação por todos os espaços, assim como os funcionários, as opiniões estão divididas, ou seja, 34,09% consideram que há restrições, 29,55% acreditam que não há restrições, 15,91% acredita que só é possível mediante a ajuda de terceiros. Os obstáculos ao livre acesso apontados foram as escadas internas e externas. Não responderam à questão 20,45% dos entrevistados.

Em relação aos sanitários de deficientes, as opiniões também ficaram divididas, ou seja, foram considerados adaptados por 36,36%, enquanto 26,14% desconhece a existência de sanitários adaptados, e 15,91% consideram os sanitários mal adaptados. 10,23% consideraram adaptados, porém insuficientes. As dificuldades apontadas foram espaço insuficiente e as portas duplas.

Deixaram de responder à pergunta 11,36% dos entrevistados.

Em relação ao atendimento especial ao público com deficiência, 90,91% dos usuários respondeu que desconhece este tipo de atendimento, 2,27% considerou que há atendimento especial, 5,68 respondeu que não há, e 1,14% se absteve de responder.

Em relação à solicitação de ajuda pelas pessoas com deficiência para locomoção no interior do edifício, a grande maioria dos usuários - 96,59% - respondeu que nunca lhes foi solicitada.

As placas informativas foram avaliadas como suficientes por 65,91% dos entrevistados, e insuficiente por 17,05%. As demais opiniões ficaram divididas entre difícil de encontrar ou visualizar, não há, assim como outros deixaram de responder. O principal problema apontado foi o mal posicionamento das placas.

Quando solicitado aos entrevistados que se imaginassem freqüentando o edifício como se apresentassem alguma dificuldade de locomoção ou de comunicação, foram apurados os seguintes resultados:

Teriam dificuldades para chegar ao edifício 43,18% dos entrevistados. As principais causas foram as escadas, a ausência de rampa junto ao acesso principal, a falta de informação e sinalização, e a dificuldade de acesso ao transporte público.

Teriam dificuldades para entrar ou sair do edifício 55,68% dos entrevistados. Os principais problemas apontados foram as escadas – internas e externas, e a falta de rampas.

Seria difícil a circulação no edifício para 28,41% dos entrevistados, em virtude das dificuldades verificadas para subir e descer escadas.

Para participar das atividades no interior do edifício apenas 13,64% encontraria dificuldades, visto que as portas de duas folhas se constituem em significativo obstáculo.

Em relação aos sanitários, 22,73% dos entrevistados considera difícil o acesso e a utilização em razão de falta de sinalização.

Para obter informações ou atendimento no edifício, apenas 6,82% perceberam dificuldades, sendo os principais problemas apontados as portas estreitas e a altura do balcão de atendimento.

A seguir são apresentados os Gráficos obtidos através das respostas dos Usuários / Visitantes para cada questão, seguidos da Planilha em Excel.

➤ Gráficos resultantes da aplicação de questionários aos Usuários/Visitantes

1- Qual a sua relação com o local:

100% dos entrevistados são pessoas que freqüentaram o edifício no período para a realização de cursos.

Questão no. 1

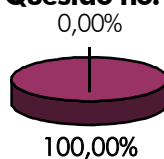


Gráfico 18: Questão 1 / usuários

2- Tem algum tipo de deficiência física ou dificuldade para locomover-se, ouvir, enxergar ou falar?

Sim – 5,68%;

Não – 93,18%;

Não responderam – 1,14%.

Questão no. 2

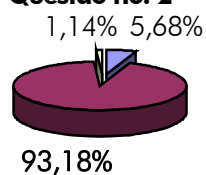


Gráfico 19: Questão 2 / usuários

3- Convive ou já conviveu com pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção e comunicação?

Sim – 31,82%;

Não – 68,18%.

Questão no. 3

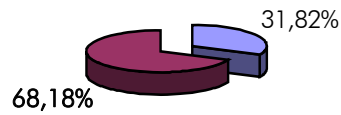


Gráfico 20: Questão 3 / usuários

4- Já percebeu problemas de acesso e utilização **no edifício** por parte de pessoas com deficiência?

Sim – 37,50%;

Não – 60,23%;

Não responderam – 2,27%.

Questão no. 4

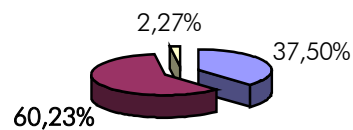


Gráfico 21: Questão 4 / usuários

4a: Em caso afirmativo, descrever as situações mais freqüentes:

Dificuldades em subir escadas;

Falta de rampas;

Outros: Falta de corrimãos.

5- Como avalia a circulação pela área externa e nas proximidades para pessoas com deficiência que queiram chegar ao local

Muito bom – 3,41%;

Bom – 45,45%;

Ruim – 36,36%;

Péssimo – 7,95%;

Não responderam – 6,82%.

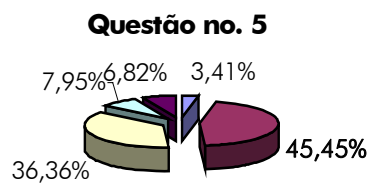


Gráfico 22: Questão 5 / usuários

5a - Quais são as facilidades?

Elevador de deficientes;

Plataforma para deficientes.

5b - Quais são os principais obstáculos?

Escadas;

Calçadas esburacadas;

Falta de guias rebaixadas.

6- Como é o deslocamento das pessoas com dificuldade de locomoção ou deficientes entre os diferentes andares?

Fácil – **30,68%**;

Complicado – 7,95%;

Exige a ajuda de terceiros – **32,95%**;

Impossível – 5,68%;

Não responderam – 22,73%.

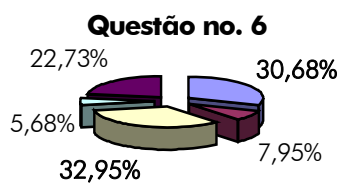


Gráfico 23: Questão 6 / usuários

6a – O que facilita?

Elevador de deficientes;

Plataforma para deficientes.

Outros: Corredores amplos, portas largas.

6b-O que dificulta?

Escadas.

Outros: Ausência de sinalização adequada.

7- Você acha que a pessoa com deficiência consegue circular por todos os espaços e participar de todas as atividades realizadas no local?

Sim, sem nenhuma restrição – **29,55%;**

Apenas com a ajuda de terceiros – 15,91%;

Sim, com restrições – **34,09%;**

Sem acesso – 0,00%;

Não responderam – 20,45%.

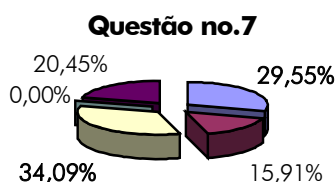


Gráfico 24: Questão 7 / usuários

7a- Quais os fatores que impedem o livre acesso?

Escadas internas e externas.

8- Você considera as instalações sanitárias :

Adaptadas para o uso da pessoa deficiente – **36,36%;**

Mal adaptadas – 15,91%;

Adaptadas, porém em número insuficiente – 10,23%;

Desconhece o sanitário de deficientes do edifício – 26,14%;

Não responderam - 11,36%.

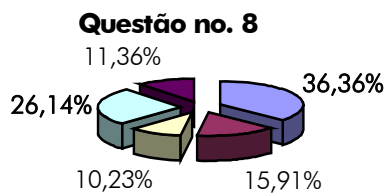


Gráfico 25: Questão 8 / usuários

8a- Aponte as principais dificuldades encontradas nos banheiros:

Espaço insuficiente

Portas estreitas.

9- Existe algum tipo de atendimento especial a esse público neste local?

Sim – 2,27%;

Não – 5,68%;

Desconhece – 90,91%;

Não responderam – 1,14%.

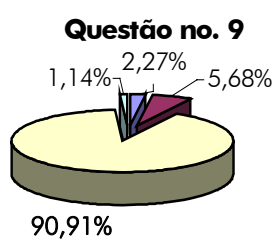


Gráfico 26: Questão 9 / usuários

10- Alguma pessoa com deficiência ou dificuldade de locomoção já solicitou a sua ajuda para locomover-se ou obter informações neste local?

Sim – 1,14%;

Não – **96,59%**;

Não responderam – 2,27%.

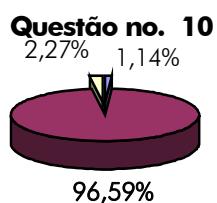


Gráfico 27: Questão 10 / usuários

11- Como avalia as placas informativas (sinalização) para sanitários, entradas, saídas, nome e uso da sala, para quem visita o local?

Suficiente – **65,91%**;

Insuficiente – 17,05%;

Difícil de encontrar ou visualizar – 7,95%;

Não há – 3,41%;

Não responderam – 5,68%.

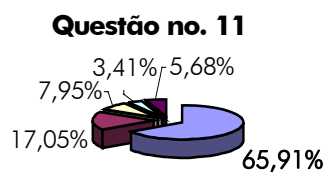


Gráfico 28: Questão 11 / usuários

11a- Quais são as principais falhas?

Sinalização mal posicionada.

12- Se você tivesse algum tipo de deficiência (ou tem de fato), quais as principais dificuldades encontradas em relação ao local para:

a) Chegar – 43,18%;

Questão no. 12a

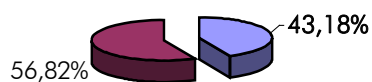


Gráfico 29: Questão 12a / usuários

Principais observações:

Escadas;

Falta de rampa no acesso principal.

Outros: Falta de informação e sinalização, acesso ao transporte público.

b) Entrar ou sair - 55,68%;

Questão no. 12b

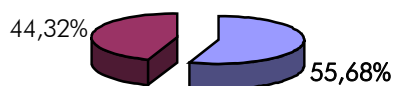


Gráfico 30: Questão 12b / usuários

Principais observações:

Escadas;

Falta de rampas nos acessos.

c) Circular – 28,41%;

Questão 12c

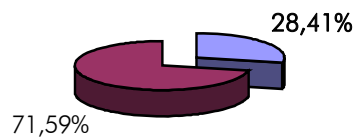


Gráfico 31: Questão 12c / usuários

Principais observações:

Escadas.

d) Participar de atividades – 13,64%;

Questão no. 12d

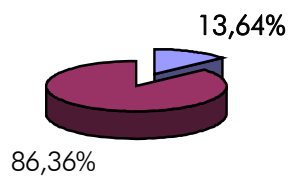


Gráfico 32: Questão 12d / usuários

Principais observações:

Portas estreitas.

e) Utilizar sanitários – 22,73%;

Questão no. 12e

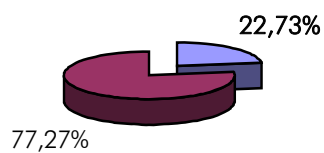


Gráfico 33: Questão 12e / usuários

Principais observações:

Pequeno;

Falta de sinalização.

f) Obter informações ou atendimento – 6,82%;

Questão no. 12f

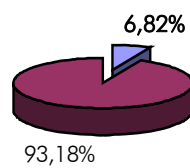


Gráfico 34: Questão 12f / usuários

Principais observações:

Portas estreitas;

Altura do balcão.

Não responderam à Questão no. 12 – 27,27%.

Usuários que não responderam à Questão no. 12

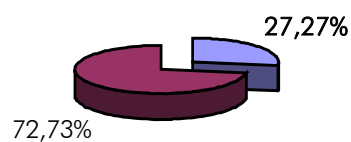


Gráfico 35: Não responderam à questão 12

- Resolução de Tombamento nº. 44/92 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Cultura
Departamento do Patrimônio Histórico

Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

Resolução no. 44/92

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, por decisão da maioria dos Conselheiros presentes à reunião extraordinária realizada em 11 de dezembro de 1992, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei no 10.032/85, com as alterações introduzidas pela Lei no 10.236/86, resolve **abrir processo de tombamento dos IMÓVEIS ENQUADRADOS NA ZONA DE USO Z8-200**, arrolados no Anexo I que integra esta Resolução.

SMC / CONPRESP - Resolução de Tombamento no 44/92 ANEXO I - IMÓVEIS EM PROCESSO DE TOMBAMENTO, ENQUADRADOS NA ZONA Z8-200

Classificados por ordem alfabética de logradouros

N o.	Z8- 200	Endereço	CADLOG	Setor	Quadr a	Lote
		...				
59	028	CARMO 88, RUA DO, C/ FLORES S/No., R. DAS , E SILVEIRA MARTINS S/No., R. (ANTIGO GRUPO ESC. MISS BROWN)	04455/5	003	002	1
		...				

❑ Cadastro de Imóveis Tombados

Código do IPTU pesquisado
Setor/Quadra/Lote/Dac
003 . 002 . 0001 - 3

Dados de Tombamento

Nível de preservação do Imóvel:
EM PROCESSO DE TOMBAMENTO

Descrição dos atos de tombamento do Imóvel:

RES. 44/92 - APT IMOVEIS ENQUADRADOS COMO Z8-200; A.E. DA IG. DE N. SRA. DA BOA MORTE, DO PALACIO DA JUSTICA E DO QUARTEL DO 2O. BATALHAO DE GUARDAS (TEO RES. 05/91); A.E. RES. SC S/N/74; A.E. RES. SC 50/81; A.E. RES. SC 33/81; A.E. RES. SC 30/95

Endereço secundário do Imóvel:

CARMO 88, R. DO C/ DAS FLORES 41, R. C/ SILVEIRA MARTINS S/N, R.

Denominação do imóvel:

Dados do IPTU

Endereço Oficial:

R DO CARMO, 00088

Complemento:

Bairro:

Sub-Prefeitura:

Subprefeitura da Sé

Situação do Imóvel:

Número do IPTU ATIVO nos bancos de dados da Prefeitura do Município de São Paulo.

Abreviaturas

O CIT apresenta diversas abreviaturas, necessárias por questões de espaço:
--

APT: Abertura de processo de tombamento;

T ou TOMB: Tombamento;

TEO: Tombamento ex-officio (indicando o tombamento feito a partir dos estudos elaborados pelo Condephaat e/ou IPHAN, adotando-se as mesmas diretrizes, ou seja, indicam imóveis já tombados anteriormente pelo Estado ou pela União);

A.E.: Área Envolvente (indicando que o imóvel é integrante da área envolvente de um bem tombado);

A: Tombamento ambiental (indicando os imóveis para os quais não há restrição específica para a edificação, estando preservado o ambiente externo, a saber: vegetação e áreas permeáveis, limites dos lotes e arruamentos);

RAE: Regulamentação de Área Envolvente;

RES. Nº (composto por dois dígitos)/Ano (composto por dois dígitos): indicando o número da Resolução do CONPRESP que introduziu restrições de tombamento na instância municipal (ex: RES. 42/92 - Tombamento, pelo Conpresp, dos bairros de Pacaembu e Perdizes - referente à RES. SC 08/91 do Condephaat);

RES. SC Nº (até 3 dígitos)/Ano (composto por dois dígitos): indicando número da Resolução do Condephaat que introduziu restrições de tombamento na instância estadual (ex: RES. SC 34/92 - Tombamento, pelo Condephaat, da Sociedade Harmonia de Tênis).